

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

II Série | Nº 5 | Dezembro 2002 | Preço: 2 €



P 9 a 12 Territórios - Nordeste Algarvio e Baixo Guadiana

P 3 e 4 Em Destaque - Diversificação de Actividades em Meio Rural

P 13 Iniciativa de apoio SIPIE | P 14 e 15 Oleiras por acaso | P 20 Colmeias de Arganil

Diversificar e dinamizar actividades em meio rural

A litoralização e desertificação das zonas interiores são problemas que atingem o mundo rural português. Face a este cenário, a procura de respostas aponta a diversificação e dinamização de actividades em meio rural, por forma a limitar os efeitos perversos das transformações societais e revitalizar a economia destes territórios.

A diversificação das actividades em meio rural é o nosso tema do mês. A diversificação representa não só a possibilidade de dinamizar o tecido empresarial local, como uma abertura à inovação e a novas propostas de actividade.

Quando falamos de empresas, referimo-nos a um espectro largo que abarca as muito pequenas unidades de produção, por vezes artesanais, as micro-empresas, as médias e as empresas de maior dimensão, porque todas contribuem decididamente para a criação de emprego e para a consolidação do tecido económico local.

As transformações que atingiram Portugal nos últimos 30 anos, modificaram a paisagem rural portuguesa. Para além das mudanças de ordem espacial e demográfica, que se traduziram nas últimas décadas pelo fenómeno ininterrupto de litoralização, de progressivo envelhecimento e de desertificação de certas zonas rurais, a perda de importância da actividade agrícola não poderá deixar de ser referenciada como um dos elementos mais marcantes de transformação do espaço rural.

Importa pois, encontrar novas vias para o desenvolvimento da actividade agrícola, integrando inovação, e pondo ao dispor das pequenas como das grandes empresas os benefícios da investigação e desenvolvimento, para aliar produção agrícola, qualidade de vida, segurança alimentar e fruição do espaço rural.

O dinamismo das muitas iniciativas locais, protagonizadas por actores privados e públicos, permite supor que esta forma de acção poderá, pelo menos em parte, limitar os efeitos perversos das rápidas transformações societais na esfera económica e social, e encontrar formas inovadoras e alternativas que permitam a revitalização económica dos territórios, respondendo às "necessidades sociais não satisfeitas", podendo criar uma oferta de actividades igualmente inovadoras para um mercado muito mais largo que o mercado local - por exemplo na área dos lazeres, da produção, do ambiente -, que são simultaneamente formas criadoras de laços sociais, tão necessárias à consolidação da coesão social.

Se a escala local encerra um potencial importante em termos de criação de emprego e actividade, as políticas macro-económicas e as políticas sociais devem criar um clima de confiança e garantir o funcionamento de quadros estáveis e simultaneamente flexíveis que permitam o desenvolvimento de novas iniciativas.

A territorialização de intervenções, quer se tratem de políticas de emprego, formação ou educação, permite sustentar um quadro de intervenções favorável à criação destas dinâmicas.

Também a preservação de certas actividades e a leitura da sua importância à luz de outros critérios que não só de rentabilidade e competitividade pressupõe um quadro de apoio que garanta a sua

continuidade. O artigo sobre as salinas de Castro Marim expõe essa dura realidade. "A sua manutenção é essencial para a preservação do ecossistema do sapal e este facto não é compatível com soluções de industrialização, seriamente lesivas do equilíbrio ambiental. Por outro lado, a sua manutenção é essencial para a afirmação da imagem e da identidade de um concelho e de uma população que, em tempos, já viveu quase exclusivamente do sal". Os CACE são um exemplo de estruturas de acolhimento e de incubação de empresas que revestem um papel essencial nos primeiros anos de vida das iniciativas económicas. O Centro de Apoio à Criação de Empresas do Alto Alentejo (CACE-AA) é um espaço aberto a novas actividades, mas também "àquilo que, não sendo inovador, pode acrescentar valor ao tecido económico do Norte Alentejano".

Fica dado o mote: qualidade de vida, inovação, complementaridade, preservação dos ecossistemas, criatividade, são alguns dos ingredientes que combinados permitirão um maior e melhor equilíbrio ambiental, social e económico, não só para os habitantes do mundo rural, mas também para as populações urbanas.

Cristina Cavaco
ccavaco@inde.pt



Hélène Santos

Diversificação, Emprego e Qualificação

O contributo do Programa LEADER

A diversificação de actividades em meio rural, um objectivo sempre presente nas Iniciativas Comunitárias LEADER I, II e +, exige uma forte articulação com os interesses de preservação do ambiente, conservação da natureza e melhor qualidade de vida, no conjunto dos territórios envolvidos.

O apoio à realização de projectos em áreas tão diversas como a criação de serviços de proximidade, a modernização de pequenas e médias empresas, a transformação e comercialização de produtos locais de qualidade, a revitalização do artesanato, além de contribuir para que se desenvolvam estratégias de competitividade do tecido económico local, transformando recursos em oportunidades para o desenvolvimento, está também interligado com o equilíbrio sustentado dos territórios.

Interessa pois destacar o interesse destes projectos para o desenvolvimento das zonas rurais e as suas múltiplas interferências com objectivos mais vastos de inovação, adaptação e transformação de algumas actividades e modos de vida, numa perspectiva que tenha em conta a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos.

A acção desenvolvida pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL) ao longo da última década, tem vindo a denotar uma crescente atenção e sensibilidade à protecção do ambiente, conservação do património e ao desenvolvimento sustentável, visível no número de projectos relacionados com a reciclagem de produtos, recuperação de património, relançamento de actividades tradicionais não poluidoras do meio ambiente, agricultura biológica e/ou renovação tecnológica de pequena escala.

Um olhar mais atento sobre a intervenção realizada pelas ADL, no âmbito do Programa LEADER II¹, através do qual se apoiaram cerca de 70 por cento de projectos a entidades privadas como sejam associações, cooperativas, adegas ou pessoas singulares e 30 por cento a entidades públicas regionais e locais, como sejam instituições de ensino, autarquias, entre outras, permite verificar a grande concentração do volume de investimento nas áreas da *Diversificação das Actividades Económicas e de Valorização dos Produtos Locais* (áreas 3 e 4 dos Planos de Acção Local), tendo sido igualmente, nestes domínios, que foram criados uma parte significativa dos postos de trabalho. Também o género feminino desenvolveu os seus projectos predominantemente nesta área, facto que evidencia mais uma vez o interesse e participação activa das mulheres no desenvolvimento das economias rurais, destacando-se o seu envolvimento em actividades relacionadas com o turismo, a valorização e a comercialização dos produtos locais.

Estes aspectos vêm confirmar as potencialidades deste Programa para a revitalização do mundo rural, quer seja através do incentivo ao estabelecimento de novas actividades, quer no apoio às já existentes, adquirindo maior competitividade, bem como as virtualidades que podem resultar do estreitar de laços entre a diversificação de actividades, a criação de emprego e uma maior consciencialização das comunidades rurais e poderes públicos, quanto à importância da conservação do ambiente, protecção e preservação da natureza.

Com efeito, se analisarmos alguns dos indicadores do Programa LEADER II, relativos ao emprego, verifica-se que 47 por cento dos postos de trabalho criados estão concentrados nas áreas correspondentes à *Diversificação de Actividades Económicas e de Valorização de Produtos*, sendo de destacar ainda que o emprego criado, embora predominantemente trabalho por conta de outrem (63%), correspondeu também, de

uma forma satisfatória, a situações de procura de primeiro emprego (30%), de desemprego há menos de um ano e mesmo desempregados de longa duração (16,4%), aspecto igualmente revelador das potencialidades integradoras e de inclusão de grupos de população mais frágeis.

5 mil postos de trabalho

Para além do contributo positivo deste Programa na criação de novos empregos, bem como na preservação de alguns dos existentes (foram criados e preservados 5059 postos de trabalho), salienta-se a sua incidência numa população jovem, compreendida entre os 25 e os 45 anos, com uma distribuição equilibrada por género, com formação inferior ao 6.º ano (36%) e entre o 6.º e 11.º ano (33%), valores que estão de acordo com a baixa qualificação de recursos humanos que ainda hoje caracteriza o mundo rural.

A acção das ADL destaca-se, também, pelo número de actividades realizadas ao nível da formação e aquisição de competências, tendo envolvido cerca de 6000 pessoas, em áreas tão diversas como a animação sociocultural, a formação para a melhoria e aprofundamento de técnicas tradicionais específicas como, por exemplo, documentação gráfica, bordados, restauro de mobiliário, trabalho em pedra, mestres lagareiros, modelação, pintura de cerâmica, olaria, por forma a que melhor se possa responder às necessidades de qualificação, actualização e exigências competitivas e de produtividade do mercado.

Por fim, importa não esquecer que as regiões rurais absorveram, no espaço do mercado de trabalho, um conjunto significativo de quadros técnicos jovens, qualificados e com experiência de trabalho na temática do desenvolvimento local, muitos deles dispostos a investir aí a sua carreira profissional e mesmo, nalgumas situações, a fixação, contribuindo para a revitalização destas zonas.

Assim, DIVERSIFICAÇÃO de actividades e criação de emprego deverá continuar a ser, nesta nova fase do LEADER, sinónimo de valorização e capacitação dos espaços sociais rurais, já que a qualquer intervenção, seja no domínio produtivo ou imaterial, deve estar sempre aliada uma preocupação ética de responsabilidade e cuidado para com o desenvolvimento sustentável dos territórios envolvidos.

Tal como escreveu Isabel Silvestre “Cantar foi sempre para os lavradores o mais divino dos verbos, o mais sublime dos dons”². QUE PRESERVAR O MUNDO RURAL, com toda a sua diversidade e respeito pela(s) identidade(s) e ecossistemas locais, aliada a uma grande capacidade de MUDANÇA E RENOVAÇÃO seja hoje, e sempre, para as suas comunidades, um dos mais nobres desafios da actualidade.

Maria do Rosário Serafim
IDRHa

¹ Relatório Final do Programa LEADER II, 2003

² 20 Valores do Mundo Rural, DGDRural (1995/86)

CACE do Alto Alentejo

Um modelo de incubação empresarial

O Centro de Apoio à Criação de Empresas do Alto Alentejo (CACE-AA) é um espaço para novas ideias empresariais, de preferência mais ousadas e criativas, mas estando também aberto àquilo que, não sendo inovador, pode acrescentar valor ao tecido económico do Norte Alentejano.

O CACE é uma estrutura de apoio à criação e desenvolvimento de novos projectos, enquadrada no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e dispõe, actualmente, de duas infraestruturas de incubação (alojamento) de empresas, prestando-lhes diversos apoios. Assim estes incluem: cedência gratuita de instalações para iniciar e exercer a actividade durante três anos, apoio de equipamentos de secretariado, consultoria em gestão empresarial, formação em diversas áreas da gestão de empresas, apoio jurídico e promoção e divulgação. Alguns destes apoios são extensíveis ao público em geral. Este Centro conta com o Ninho de Empresas de Monforte e com o Ninho de Empresas de Portalegre, estando o de Elvas em fase de pré-construção. O CACE tem como público alvo os desempregados, os jovens, as mulheres e as pessoas com deficiência, não excluindo, contudo, outros grupos de empreendedores.

Estes apoios visam ajudar a combater o atraso da região alentejana face ao restante país, tendo como objectivos a promoção da diversificação do tecido regional e a criação de emprego de uma forma sustentada e sustentável.

Até à data foram apoiados 19 projectos, sendo que alguns transitaram já para o exterior do Ninho, funcionando agora em instalações próprias. Algumas destas empresas cresceram e estão hoje totalmente integradas no ambiente competitivo nacional, atestando o sucesso deste Centro no Norte Alentejano.

Os Ninhos de Empresas (incubadoras) funcionam com uma lógica de rotatividade. As empresas nascem no Ninho, crescem e desenvolvem-se beneficiando dos vários apoios já referidos e deixam o Ninho para

instalações próprias após atingirem já alguma autonomia financeira e maturidade empresarial.

Embora não disponham de áreas agrícolas, as incubadoras do CACE-AA, podem, contudo, receber projectos na área das agro indústrias, sendo mesmo desejável que isso aconteça. É aliás, nesta fase da cadeia operacional, a jusante do processo agrícola tradicional que se pode criar mais valor. Exemplo disso são algumas boas marcas que já existem no norte alentejano na área dos enchidos ou mesmo de outros produtos agrícolas como o azeite.

Hoje em dia as marcas podem representar mais de 50 por cento do valor final de um produto agrícola, pelo que o futuro da agricultura alentejana passará sobretudo pela organização e inovação dos processos, desde o cultivo à comercialização e pelo forte investimento em *marketing*, imprescindível para a construção de boas marcas.

O Centro de Apoio à Criação de empresas do Alto Alentejo pode facilitar o arranque de projectos industriais agrícolas em qualquer dos seus Ninhos de Empresas, podendo ainda facilitar a divulgação de apoios financeiros ao empreendedorismo, no âmbito dos programas do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Qualquer pessoa que esteja interessada em criar a sua própria empresa num dos Ninhos associados ao CACE do Alto Alentejo, poderá fazê-lo, mediante a apresentação de uma candidatura, nas instalações do CACE em Portalegre.

Luís Roque

Director do CACE do Alto Alentejo



Paula Matos dos Santos / Foto de arquivo

Reunião e Assembleia Geral da Minha Terra

Aproveitando a deslocação dos associados para a Assembleia Geral Ordinária de 7 de Janeiro de 2003, realizou-se uma reunião alargada, para a qual foram também convidadas as restantes entidades gestoras do LEADER+ em Portugal. Esta foi também a oportunidade para a maioria dos Grupos de Acção Local (GAL) LEADER+, travarem conhecimento com a equipa que recentemente assumiu as funções de gestão do programa.

Para além dos objectivos de representação e defesa dos interesses das Associações de Desenvolvimento Local (ADL), que assumiram particular relevância na fase de preparação e lançamento da Iniciativa Comunitária LEADER+, através de um diálogo permanente com a tutela, a Federação Minha Terra pretende, desde há algum tempo animar a reflexão e o debate em rede sobre alguns temas que considera importantes para o desenvolvimento local em meio rural.

Numa breve troca de impressões entre as ADL e o Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), a Federação transmitiu novamente à tutela algumas preocupações relativamente à execução do LEADER+ em Portugal. No momento em que o Programa está lançado em todos os territórios de intervenção e quando a generalidade das ADL manifestam uma elevada capacidade de execução, fruto do reconhecimento das iniciativas anteriores e da mobilização dos actores e promotores locais, é necessário fazer um esforço suplementar para resolver algumas complexas situações de ordem financeira. Sensibilizados os responsáveis nacionais para a necessidade de evitar que estrangulamentos financeiros impeçam o bom andamento e a execução do LEADER+, ficou expressa a vontade de todos os envolvidos na implementação do programa, para encontrar respostas e soluções para os problemas orçamentais que não comprometam as elevadas expectativas dos promotores dos territórios rurais.

Lançados seis grupos de trabalho

O principal desafio lançado à rede LEADER durante a reunião foi a constituição de uma série de grupos de trabalhos sobre questões consideradas importantes pela Federação, dos quais se segue uma breve apresentação:

- **Preparação de um seminário/feira de projectos de cooperação transnacional no LEADER+.** Este grupo surge na sequência de uma proposta apresentada pela Minha Terra ao organismo intermediário em Julho de 2002, para a Animação da Cooperação entre Territórios Rurais*, a considerar no enquadramento técnico e financeiro do Vector 3 do programa. A importância do trabalho deste grupo reflecte a necessidade e o interesse em operacionalizar a cooperação no LEADER+ em Portugal e pretende minimizar o impacto negativo do "atraso" verificado na implementação do Observatório Europeu dos Territórios Rurais da Comissão Europeia, que considerava entre os seus objectivos "promover a cooperação entre os grupos de acção local LEADER+".
- **II Mostra do Mundo Rural.** A realização da I Mostra do Mundo Rural, em Julho de 1999, em Lisboa, onde estiveram cerca de 100 expositores, e pela primeira vez reunidas as, então, 48 entidades gestoras do LEADER II, visitada por cerca de 170 mil pessoas, manifestou a vitalidade das zonas rurais e o empenho das equipas locais. Desde essa altura, por diversas vezes, esteve prevista a realização de um evento subsequente, dando continuidade a uma dinâmica lançada, naquele que foi o momento de maior ligação do mundo rural português com a população urbana, neste caso de Lisboa. A Minha Terra considera oportuno e necessário retomar este assunto, constituindo um grupo de trabalho para estudar a viabilidade e o interesse da iniciativa e lançar as bases da operacionalização da II Mostra do Mundo Rural ainda este ano.
- **Comercialização de produtos locais.** Propôs-se também a constituição de um grupo de trabalho que terá como objectivo a criação de condições para rentabilizar os meios que um numeroso conjunto de GAL disponibilizou nos seus Planos de Desenvolvimento Local (PDL) para a valorização, promoção e comercialização dos produtos locais de qualidade. Importará, no âmbito deste grupo, tornar possível a concertação das estratégias desenvolvidas em cada território e, eventualmente, promover a realização de acções em cooperação, assim como propor a adopção de medidas legislativas e políticas que possam concorrer para este objectivo.
- **O estatuto das ADL.** As ADL são sistematicamente solicitadas para as mais diversas intervenções: estão nos Conselhos Regionais Agrários e nas Redes Territoriais para o Emprego; os Ministérios do Trabalho e da Agricultura (entre outros) solicitam frequentemente a sua participação e colaboração; e poucos terão dúvidas sobre a relevância local do trabalho realizado. Veja-se a capacidade real que as ADL têm de captar recursos humanos e financeiros para os territórios rurais que de outra forma dificilmente lá chegariam... Parece inquestionável a utilidade e mesmo relevância da actividade das ADL. Contudo, apesar do progressivo reconhecimento da importância desta actividade por parte da Administração Local e Central, a verdade é que estes avanços se fazem à custa da capacidade própria e solitária de captar programas e projectos que dão continuidade ao trabalho por períodos de 2 ou 3 anos, com os

problemas de instabilidade orgânica, de recursos humanos, etc., etc. que são tão bem conhecidos no seio do movimento do desenvolvimento local. É neste contexto que se atribui a maior importância à negociação com a Administração Central que leve ao reconhecimento de facto, da relevância da actividade das ADL por forma a encontrar o(s) enquadramento(s) legais que conduzam, entre outras soluções, à elaboração de contratos programas que possibilitem a estabilidade de parte dos recursos humanos e custos fixos das ADL. Para reflectir sobre estas questões lançou-se um grupo de trabalho sobre o estatuto das ADL.

- **Alternativas de financiamento ao desenvolvimento local em meio rural.** As limitações de ordem financeira encontradas por algumas ADL, levaram a que ainda durante o LEADER II um grupo de associações, no âmbito das actividades de animação da rede realizasse um trabalho sobre os "novos instrumentos financeiros", nomeadamente a engenharia financeira. Uma experiência cujos resultados, por estrangulamentos de diversa ordem nunca foram devidamente capitalizados em prol do desenvolvimento local. Mais recentemente, já na vigência do LEADER+, a Federação Minha Terra encetou contactos com algumas instituições bancárias, no sentido de encontrar soluções que minimizem os constrangimentos que a regulamentação do programa impõe aos processos de desenvolvimento, dos quais resultaram propostas concretas. O grupo de trabalho que nasceu nesta reunião deverá analisar estas propostas e reflectir sobre alternativas de financiamento ao desenvolvimento local em meio rural.
- **Programa nacional de desenvolvimento rural.** O interesse suscitado e os resultados obtidos pelo Programa LEADER contribuíram para que a administração nacional, regional e local de alguns países e os próprios grupos LEADER se inspirassem na sua filosofia e metodologia para elaborar ou consolidar outras intervenções em meio rural. Analisando as políticas conduzidas em alguns Estados-Membros da UE ainda durante o LEADER II, verifica-se que a transferência e a integração de algumas especificidades do LEADER se efectuaram através de diferentes mecanismos. Nalguns países nasceram programas à imagem e semelhança do LEADER, mas financiados com outros fundos do QCA e com fundos nacionais, como é o caso do PRODER em Espanha, do POMO na Finlândia ou do "LEADER National" na Irlanda. No contexto nacional, em diversos momentos foi referida, e nalguns debatida, a necessidade de um programa nacional de desenvolvimento rural, respeitando uma abordagem territorial e integrada, e capitalizando contribuições e experiências passadas, em particular as do Programa LEADER. Se a revisão do III QCA, nos pareceria o momento indicado para o lançamento de uma política deste tipo, a Minha Terra tem consciência das dificuldades e resistências que a criação desta política encontrará no curto prazo, assim pretende promover a reflexão sobre este tema com um horizonte mais alargado. A reforma da PAC e a preparação do próximo Quadro Comunitário de Apoio são momentos chave para o reforço das políticas de desenvolvimento rural. Para atingir este objectivo, considerou-se fundamental constituir um grupo de trabalho que dinamize a reflexão, acompanhe a produção teórica e legislativa e prepare a organização de um congresso nacional sobre desenvolvimento rural a médio prazo.

A assembleia geral

A assembleia geral da Minha Terra aprovou o plano de actividades para 2003, no qual se reafirmam as duas grandes vertentes de trabalho apresentadas no documento estratégico para o triénio 2000-2002, a saber:

- **a organização interna da federação** de forma a corresponder a um trabalho de apoio, assessoria e representação dos interesses e necessidades das ADL;
 - **a afirmação externa** onde as questões da visibilidade e da informação/formação da opinião pública são fundamentais para o futuro das ADL no médio e longo prazo.
- No plano para 2002, a Minha Terra acrescenta uma terceira orientação estratégica que será, com certeza, determinante no futuro das ADL e dos seus territórios de intervenção:
- **a criação de um programa nacional de desenvolvimento rural e a promoção da contratualização das ADL pelo Estado**

Decorrentes deste enquadramento, foi apresentado e discutido um conjunto de linhas de trabalho e de acções que, traduzindo as expectativas das ADL, pretende consolidar a intervenção e dar sequência aos objectivos estratégicos da Federação.

Minha Terra
Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
minhaterra@minhaterra.pt

Territórios de Montanha e Políticas Comunitárias

A ADIBER - Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra foi recentemente convidada a participar em Fóruns Europeus que se revelaram da máxima importância para o futuro das Regiões de Montanha e para as questões da Desertificação Humana que as caracterizam. No passado mês de Outubro, por iniciativa da Comissão Europeia, decorreu, em Bruxelas, o seminário "Os Territórios de Montanha e as Políticas Comunitárias" durante o qual foi defendida a necessidade de se criarem mecanismos de sensibilização e pressão junto da União Europeia, chamando a atenção para a importância que assumem estas Regiões no contexto da própria construção europeia, que se quer coesa e solidária.

Este seminário, que contou com a presença do Presidente da Comissão Romano Prodi, e dos Comissários Franz Fischler (Desenvolvimento Rural) e Michel Barnier (Política Regional) concluiu que para além da protecção da Natureza, se proceda sobretudo à protecção das populações de Montanha e da sua cultura, pelo que se torna essencial a criação de Programas de Ajudas Nacionais e Comunitárias que tenham em consideração as especificidades que caracterizam estes espaços.

O reconhecimento da importância das Regiões de Montanha deverá ser o ponto de partida para tudo o que vier a ser programado e concretizado no futuro. É de salientar, que apesar de aí residir apenas 10 por cento da população da U.E., deles dependem directamente 40 por cento do total da sua população e que as montanhas ocupam cerca de 30 por cento do território europeu.

Mais do que um espaço de problemas é reconhecido que as Montanhas possuem um conjunto de potencialidades que são determinantes para a vida das populações, já que aí se localizam os mais importantes reservatórios de água potável, são possuidoras de uma biodiversidade única, com paisagens de inegável valor estético, cujas populações

detêm uma cultura e identidade próprias que constituem um benefício considerável para as Sociedades no seu conjunto.

No entanto, estas Regiões estão continuamente a perder a sua população, urgindo fazer algo para contrariar esta situação e promover o seu desenvolvimento. Como afirmou o representante do Parlamento Europeu "por mais alta que seja a montanha existe sempre um caminho que deverá ser desbravado por todos".

Só que não existe desenvolvimento sem Pessoas, nem sem o contributo de Técnicos, com competências diversas que promovam esse mesmo desenvolvimento em articulação com a população e as Instituições locais, para que em conjunto sejam capazes de aproveitar as oportunidades que estão instaladas e as que vão emergindo nos diferentes quadros.

Dos trabalhos resultou que é fundamental o envolvimento da Sociedade Civil local na resolução dos seus próprios problemas em articulação estreita com os poderes públicos que têm a responsabilidade de desenvolver todo o seu território de forma harmoniosa e integrada. Entendemos que o desenvolvimento económico e social das Regiões de Montanha deverá ser predominantemente endógeno, tendo por base as potencialidades locais, pugnando em simultâneo pela inovação e pela busca da excelência, integrando estas comunidades nos desafios e oportunidades da sociedade da informação, num mundo globalizado. Devemos exigir a aplicação de medidas discriminatórias positivas para estas Regiões, que reduzam as assimetrias existentes em relação às Regiões mais desenvolvidas do Litoral, criando uma verdadeira política de apoio ao mundo rural, que vá ao encontro das necessidades e expectativas instaladas nestas Regiões, as quais passarão inevitavelmente pela multifuncionalidade destes espaços.

Isto por vezes é simples de se conseguir, bastando para tanto que as várias políticas existentes - agricultura, ambiente, economia, transportes, acessibilidades, educação, saúde e acção social - comuniquem entre si, sobretudo ao nível local e regional, e se constituam, então, como políticas específicas para estas Regiões.

Foi com este espírito e tendo presente o desafio lançado pela Comissão Europeia, que se reuniram recentemente um conjunto de Instituições de Portugal, Espanha e França, no Fórum Transnacional de Oscos-Eo, nas Astúrias, no sentido de ser desenvolvido um Projecto de Cooperação Transnacional que tenha como principal objectivo a experimentação de novas metodologias de trabalho, que postas ao serviço das comunidades locais, sejam exemplos de combate à desertificação dos diferentes territórios, através da promoção de níveis de qualidade de vida suficientes para motivar a fixação da população, mantendo os espaços com vida própria.

ADIBER



Pensar o Turismo Ilhéu

No passado dia 29 de Novembro, a ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores realizou um encontro na Ilha do Faial denominado “Pensar o Turismo Ilhéu”, com o propósito de introduzir a discussão da problemática do turismo na ilha.

Contando com a presença dos operadores turísticos da ilha, desde empresários de restauração, hotelaria, *rent-a-cars*, agências de viagem, animação turística, bem como autarcas locais e entidades

governamentais, a sessão proporcionou apresentações sobre diversas temáticas relacionadas com o sector turístico.

Para além das exposições sobre a situação turística actual, em termos das estruturas existentes, áreas de investimento e incentivos financeiros em vigor para o sector, a cargo da Direcção Regional do Turismo, Câmara Municipal da Horta e Câmara do Comércio e Indústria da Horta, respectivamente, foram ainda contemplados o “Eco-turismo – Turismo Vulcanológico”, pelo Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores e a “Experiência na Exploração Turística no Parque Nacional da Peneda Gerês”, da responsabilidade do respectivo Director.

Após as exposições proferidas, seguiu-se debate animado entre os participantes e convidados, terminando com um jantar convívio.

Ações idênticas estão previstas para as restantes ilhas da zona de intervenção da ADELIAÇOR, a saber, São Jorge, Pico, Flores e Corvo.

ADELIAÇOR



Maria Rodrigues

Semana Cultural do Ananás

Apoiada pela ARDE através do LEADER+, realizou-se na freguesia com maior produção de ananás na região, Fajã de Baixo, concelho de Ponta Delgada, a “Semana Cultural do Ananás”.

A iniciativa contou com um conjunto de conferencistas onde se debateram os problemas que, neste momento, mais preocupam os produtores daquela frutícola que se cultiva em estufas de vidro desde o séc. XIX, tendo como principal centro a freguesia da Fajã de Baixo, mas registando também considerável expressão na freguesia de S. Roque (concelho de Ponta Delgada).

O objectivo foi “esconjurar” as dúvidas e apreensões suscitadas pelos grandes desafios que condicionam aquela actividade emblemática e única da Ilha de S. Miguel, principalmente no concelho de Ponta Delgada através da freguesia da Fajã de Baixo, pelo que os temas escolhidos foram a história, o valor paisagístico, patrimonial e turístico, o avanço da urbanização sobre as áreas de cultivo, a preservação do espaço cultural, as tecnologias, a opção agro-biológica, o associativismo agrícola e comercial, os apoios comunitários.

Assim, a iniciativa não teve por objecto desenvolver uma iniciativa de carácter festivo mas de criar um momento de reflexão e debate entre os participantes, por forma a (re)encontrar caminhos e restabelecer um clima de optimismo e confiança no futuro.

Pelas razões acima mencionadas a iniciativa pretendeu dar um contributo importante para o desenvolvimento da freguesia, pois trata-se de uma actividade emblemática e de grande relevância na economia local de cada família e também turística.

O promotor da iniciativa pretende dar continuidade ao evento nos próximos anos com outras acções dos parceiros envolvidos: Câmara Municipal de Ponta Delgada, Serviço Regional de Desenvolvimento Agrário de S. Miguel, ARDE, Cooperativa Profrutos, Anazor – Comércio Alimentar Açoriano e Plantação de Ananás A. Arruda.

A iniciativa apresentou como montante total de investimento 5.629,06 euros, com a comparticipação comunitária de 60 por cento.

Em forma de conclusão, podemos dizer que a iniciativa teve muitos participantes, os quais demonstraram satisfação pela realização da iniciativa, congratulando os parceiros envolvidos na mesma.

ARDE

III Feira do Montado

Decorreu em Portel mais uma edição da Feira do Montado. Organizado pela autarquia local em colaboração com a associação Terras Dentro (ATD) e com o apoio da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, o certame voltou a celebrar uma das maiores riquezas dos alentejanos, que lhes dá sustento e alegria a alma.

O certame teve início no dia 27 com a realização do V Colóquio para a Valorização do Montado, dedicado à Exploração Florestal Sustentável, pretendendo focar como a exploração dos Montados poderá ser otimizada, melhorando o seu desempenho económico e as suas elevadas aptidões ecológicas. O colóquio, que durou até ao dia 29, foi organizado pela Terras Dentro em colaboração com alguns dos seus parceiros do Projecto Montado.

Entre diversos Colóquios e outras Conversas mais ou menos técnicas, decorriam nos palcos espectáculos de grupos corais, dança, animação de rua e actuações de diversos artistas consagrados.

No dia 30, sábado, foi o momento da entrega dos prémios do I Concurso de Cabra de Raça Serpentina. Organizado pela Associação Portuguesa de Caprinicultores de Raça Serpentina, pela Terras Dentro e Câmara Municipal de Portel, o concurso envolveu mais de uma dezena de criadores e cerca de meia centena de animais. Explorada em montado, esta raça autóctone encontra-se no limiar de ser considerada em extinção, daí a importância e premência de realizar acções de promoção e valorização.



Ainda no sábado foi apresentado o vídeo-filme "O Montado no Alentejo", produção da Terras Dentro no âmbito do LEADER II. Este filme retrata a situação actual do Montado no Alentejo alertando para os perigos que o ameaçam e fazendo uma abordagem sucinta das suas diversas utilizações. Ao fim da tarde, promovido pela Terras Dentro em colaboração com a Corticeira Robinson, teve lugar um interessante Desfile de Máscaras em Cortiça acompanhado de música pelo grupo Os Macacos das Ruas de Évora. E ao cair da noite decorreu um espectáculo multimédia denominado "Portel-740 anos".

No domingo, dia 1 de Dezembro, realizou-se o Passeio TT pelo Montado e uma Prova de Produtos do Montado, onde os visitantes da Feira puderam provar o mel de rosmaninho da Serra de Portel, os enchidos de Porco de Raça Alentejana e os queijos. As ADL gestoras do Programa LEADER + no Alentejo também marcaram a sua presença, através de uma exposição conjunta alusiva às dez entidades gestoras deste PIC no Alentejo.

O espaço "A brincar pelo Montado" com exposições, jogos e outras brincadeiras relacionadas com o Montado e uma Maratona Fotográfica, promovida pelo Projecto CAL da ATD, estiveram à disposição dos visitantes mais jovens no decorrer da feira, numa demonstração de que as crianças não foram esquecidas neste certame. Olhando para o trabalho desenvolvido ao longo das edições preparatórias deste certame, das duas anteriormente realizadas e analisando de perto esta terceira edição da Feira do Montado, verificamos que enquanto certame lúdico e económico esta feira é de facto um sucesso, atraindo milhares de visitantes da região (e não só), movimentando largos milhares de euros e realizando actividades lúdicas e culturais que estimulam o seu desenvolvimento turístico; no que respeita ao tema Montado, este certame tem a virtude de, durante cinco dias, o colocar nas primeiras páginas dos jornais regionais, mas mais importante do que isso coloca-o em discussão entre as pessoas, empresas, instituições e organismos com responsabilidades na temática. Consegue-se ainda, através das inúmeras actividades promovidas, demonstrar a sua importância e transversalidade económica, ambiental, social e cultural para o Alentejo.

TERRAS DENTRO

Concurso de Presépios

A ADRUSE, Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, organizou um Concurso de Presépios nas freguesias integradas no Centro Rural do Alto Mondego – Carrapichana, Cortiço da Serra e Mesquitela (concelho de Celorico da Beira), Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão (concelho de Fornos de Algodres), Figueiró da Serra, Ribamondego, Vila Cortês da Serra e Vila Franca da Serra (concelho de Gouveia).

Os presépios, feitos artesanalmente com materiais da região, estiveram expostos nos principais locais das aldeias e o vencedor foi a Junta de Freguesia de Juncais, concelho de Fornos de Algodres, com um presépio feito em serapilheira, palha e gesso. Em segundo lugar ficou a Junta de Freguesia de Cortiço da Serra e em terceiro a Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra.

ADRUSE



Francisco Botelho

Nordeste Algarvio e Baixo Guadiana

Textos de João Limão e Paula Matos dos Santos

Um canto de terra encostado à fronteira, longe do litoral, atravessado pelo rio Guadiana, e palcos das convulsões da história. Distante dos centros de decisão e esquecido pelos grandes empreendimentos económicos, a preservação da memória local, da riqueza paisagística e ambiental são apontados como os caminhos para o desenvolvimento.

A Zona de Intervenção da Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG) abrange a totalidade dos concelhos de Alcoutim e Castro Marim, as quatro freguesias de Mértola contíguas ao concelho de Alcoutim e a freguesia de Vila Nova de Cacela, do concelho de Vila Real de Santo António, num total de 15 794 habitantes.

Um território dividido entre os distritos de Beja e Faro, pertencente a duas regiões administrativas distintas: Alentejo e Algarve, para o qual a associação justifica a unidade territorial com base em razões históricas e culturais, tendo o rio Guadiana como elemento estruturante.

A superfície territorial é de 1.334,9 km² contando com freguesias, na sua maioria, de grande dimensão, com uma média de 102 km², das quais 96 por cento corresponde a superfície desfavorecida, e cuja única exceção é a freguesia de Vila Nova da Cacela.

A densidade populacional média é de 11,8 habitantes por km², mas o afastamento do litoral sul destes territórios vai marcando a paisagem com uma densidade populacional cada vez menor, partindo de Vila Real de Santo António, passando por Castro Marim e Alcoutim, até chegar a Mértola, onde existem somente 2,9 habitantes por km².

Assiste-se a um processo de desertificação humana. De acordo com os Censos de 2001, na totalidade do território LEADER+ da ATBG, a

população diminuiu -5,8 por cento entre 1991 e 2001. À excepção das freguesias de Vila Nova de Cacela, Castro Marim e Altura, que registam evolução positiva, o decréscimo tem sido acentuado. Giões (-31,6 por cento), Pereiro (-29,7) e Odeleite (-26,6) encabeçam a lista das freguesias com uma perda populacional mais acentuada.

O défice populacional reflecte-se no grau de urbanização nulo, já que não existem localidades com mais de 5000 habitantes, enquanto o grau de ruralidade, é de 100 por cento, dada a inexistência de lugares com 2000 ou mais habitantes. Igualmente preocupante é o índice de envelhecimento superior a 100 por cento. No território da ATBG a média é de 179,3 por cento, tendo a maioria das freguesias um índice superior a 200 por cento.

Duas razões históricas

Em termos históricos, dois factores aceleraram o processo de desertificação e êxodo populacional: o fecho das fronteiras nos anos 30, devido à Guerra Civil de Espanha, que transformou as terras da zona da raia num "fim-de-linha", quebrando laços de convivência familiar e contribuindo para o isolamento e abandono da região, e também o impacto de políticas centrais, como a "campanha do trigo", que teve desastrosas consequências ao nível do desgaste dos solos, e consequente produtividade.

Apesar disso, ao nível da ocupação, uma média de 27 por cento da população está empregada no sector primário. Todas as freguesias do território têm mais de 10 por cento de população agrícola, havendo casos, como Vaqueiros e Odeleite, com mais de 50 por cento de população agrícola, correspondentes respectivamente a 68,9 e 53,8 por cento.

No domínio das práticas agrícolas, a zona seca, de forte componente agrícola, surge associada ao cultivo de cereais (trigo, aveia e cevada), na maioria destinados à pastagem de gado bovino e ovino. Também se encontram plantações de amendoeiras, figueiras, laranjeiras, alfarrobeiras e oliveiras, e montado e pinhais, nas zonas de elevações de calcários. A laranja, o leite

e mel, são exemplos de produtos conceituados, passíveis da promoção do nome da região ao nível dos produtos de qualidade reconhecida.

A exploração mineira, praticamente desaparecida, é outra actividade marcante na história da região. A Cova dos Mouros foi um antigo complexo mineiro que abrangia três zonas de extracção de cobre, e cuja exploração se prolongou desde 2500 a.C. até 1930.

Elemento estruturante de todo o território, o rio Guadiana teve uma grande importância histórica como via comercial e acesso privilegiado, tendo servido para o transporte de minerais das minas de São Domingos, e também de trigo, azeite, mel, peixe e sal, que suscitavam um significativo movimento de trocas entre povoados.

Junto ao rio encontramos uma paisagem composta por salinas, sapais, barragens, ribeiras e ancoradouros. Um extracto de território que tem no barrocal e serra a restante composição. Paisagem e ambiente são duas das riquezas do Baixo Guadiana. A Reserva Natural do Sapal, que se estende por 2090 hectares, de Castro Marim a Vila Real de Santo António, é constituída por zonas húmidas de salinas, sapais e esteiros, e zonas de areias, xistos e grés vermelhos. Trata-se de uma importante reserva ecológica, com a presença de numerosas aves aquáticas sedentárias e migratórias como o Pato Real (*Anas platyrhynchos*) e Flamingo (*Phoenicopterus ruber*).

A zona húmida da Reserva Natural corresponde a 58,5 por cento da área total, e conta com 153 espécies de aves, incluindo cegonhas, alfaiaes ou pilritos, 439 espécies de plantas, 34 espécies de moluscos, 10 de peixes, 13 de répteis, 11 de anfíbios, seis de crustáceos e 13 de mamíferos. Pela sua importância ornitológica, a área foi classificada como Zona de Protecção Especial no âmbito da Directiva 79/409/CEE (substituída pela Directiva 91/244/CEE), Biótopo Corine e Important Bird Area in Europe, integra a Rede Natura 2000, e tem o estatuto de zona húmida de importância internacional conferido pela Convenção de Ramsar.

Riqueza histórica

No capítulo da preservação deste importante património levantam-se alguns receios. De acordo com o presidente da Direcção da ATBG, Francisco Parrot Morato, uma das principais hesitações prende-se com a construção do Alqueva, que pode provocar a “transformação do ecossistema com consequências muito graves”, afectando a fauna e as zonas de potencial agrícola.

Na perspectiva de uma necessária preservação ambiental, com eventuais repercussões económicas, o Guadiana surge como elemento de elevado potencial de atracção e turismo. Actualmente, é cada vez maior o usufruto do rio por embarcações de recreio, de onde se pode desfrutar a plenitude paisagística e ambiental.



Zona de Intervenção

Concelhos/Freguesias

Alcoutim

Alcoutim, Giões, Martinlongo, Pereiro, Vaqueiros

Castro Marim

Altura, Azinhal, Castro Marim, Odeleite

Mértola

Espírito Santo, S. Miguel do Pinheiro, S. Pedro de Solis, S. Sebastião dos Carros

Vila Real de Santo António

Vila Nova de Cacela

A riqueza histórica e tradições são também elementos de elevado potencial turístico e de promoção do território. Castelos, muralhas, torreões circulares e torres quadrangulares, são testemunhos históricos de uma época de batalhas e conquistas na zona da raia. Monumentos como o Castelo de Alcoutim, no qual está situado o Museu Arqueológico de Alcoutim, Ermida de Nossa Senhora da Conceição, Igreja Matriz de Giões, Igreja Matriz de Martinlongo, Igreja Matriz de Alcoutim, atestam dessa memória do passado. Longe da grandeza dos monumentos, entre os vestígios do dia a dia, contam-se fornos comunitários, arramadas e palheiros, retratos vivos de um modo de viver característico da cultura da região. A musealização das memórias, patente em exemplos como o Núcleo Museológico de Martinlongo ou o Museu do Rio, instalado numa antiga escola primária de Guerreiros do Rio, também reflecte os cuidados de preservação dessa memória colectiva, assumindo a criação de pólos de atracção para visitantes.

Entre as práticas artesanais tradicionais, as artes de pesca representam um dos principais elementos etnográficos característicos do território. Cestaria em cana, rendas de bilros, miniaturas em madeira são outros exemplos de artesanato com um papel incontornável. Ainda ao nível da tradição local, os ensopados de enguias e lampreia são exemplos da riqueza gastronómica da região.

A dinâmica cultural não é muita. Entre as iniciativas culturais emergentes na região, contam-se o Festival Islâmico de Mértola, os Dias Medievais no Castelo de Castro Marim, as “Noites da Moura Encantada”, em Cacela Velha, como os três eventos mais emblemáticos do território. Eventuais pólos de atractividade para o turismo, bem complementados pelas tradicionais feiras de artesanato como as de Alcoutim e Castro Marim.



Terras do Baixo Guadiana



João Lima

PDL LEADER+ da Terras do Baixo Guadiana

Reforçar componentes organizativas e competências

No âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural LEADER+, a Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG) elaborou um Plano de Desenvolvimento Local (PDL) que tem como tema forte o "Reforço das componentes organizativas e das competências das zonas rurais", e como principais objectivos a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da região do Baixo Guadiana.

Face à consciência das potencialidades do território, a intervenção do PDL inscreve-se em quatro áreas-chave: Território, Ambiente, Competências, e Relação do território com o exterior.

Ao nível do Território as intervenções assumem três vertentes fundamentais: Aumentar produtividade e competitividade da actividade económica, nomeadamente em actividades com raízes locais e em actividades de diversificação da actividade económica; Revitalizar Artes e Ofícios; e Reforçar a mais valia da actividade agrícola, de forma a aumentar a sua competitividade e sustentabilidade.

A ATBG assume como prioridade o apoio a actividades produtivas. Inseridas nessa dinâmica, as artes e ofícios tradicionais são de importância capital no quadro de operações da associação, sendo o artesanato - cerâmica, cestaria, ou bonecas de flor de agulha - alvo de intervenção prioritária. No domínio da agricultura, a revitalização da actividade agro-silvo-pastoril com o objectivo de reconstituir o ecossistema característico da região, em estado de degradação acentuada, cruza a vertente Território com o Ambiente, através da conservação e recuperação de raças autóctones como a cabra algarvia, o porco preto ou o gado mertoengo. Na sequência desta lógica, insere-se também o incentivo

à preservação e produção de produtos típicos locais de qualidade como queijo, mel, azeite, ou chouriço.

A vertente do Ambiente, cobre também três tipos de acções: Promover a utilização sustentável dos recursos naturais, a educação e sensibilização ambiental para a preservação e valorização do património natural e da biodiversidade; Promover e valorizar o património cultural e natural, enquanto factor de melhoria das condições de vida das populações; e Contribuir para a gestão sustentável do Guadiana e criar condições para a sua navegabilidade, qualidade ambiental e promoção das actividades lúdicas e económicas em torno do rio.

Para além da dinâmica de conservação ambiental instituída no campo das actividades agro-silvo-pastoris, a associação acentua as suas preocupações em relação ao ecossistema ribeirinho. Nesta sequência, está em marcha o Observatório do Guadiana, como elemento de prevenção e estudo do rio.

Ao nível das Competências, a intervenção percorre áreas como Promover a iniciativa e a participação das populações, dos agentes económicos e sociais, na definição de estratégias de acções de desenvolvimento territorial: Criar condições de fixação dos jovens, pela aquisição de competências e sua aplicação local; e Promover a organização dos agentes locais, no incentivo à solidariedade, responsabilidade e equidade – revitalizando cooperativas, associações de jovens, de produtores, culturais, ambientais, etc. Por fim, em termos da Relação do território com o exterior, as directrizes

são: Estimular a investigação aplicada, incentivando a inovação e a competitividade; Promover o território e o seu património; e Aproximar o território dos seus territórios vizinhos, numa perspectiva de cooperação entre as gentes e os agentes socioeconómicos.

A ATBG pretende incentivar acções de promoção do território no exterior, dando especial atenção à comunicação social, de que é exemplo a edição do jornal Terras do Baixo Guadiana.

Em resumo, a escolha do "Reforço das componentes organizativas e das competências das zonas rurais" como tema forte do PDL, assenta na perspectiva de que o défice de desenvolvimento do território, apesar das potencialidades, se deve muito às falhas de promoção e sobretudo de organização.



Terras do Baixo Guadiana

Plano de Desenvolvimento Local Medidas, submedidas e acções - resumo

MEDIDA 1 - Investimentos

Submedida 1.1 - Investimentos em infra-estruturas

Ação 1 Recuperação do Património Associado aos Recursos Hídricos

Recuperação de engenhos de água, embarcações, cais e artes de pesca.

Ação 2 Recuperação do Património Arqueológico e Etnológico

Elementos patrimoniais que contribuem para a valorização do território e reforço da identidade sociocultural.

Ação 3 Valorização e requalificação de sítios de interesse

Sítios onde exista património natural e cultural, ecossistemas ribeirinhos e paisagem natural e valores culturais associados.

Ação 4 Reabilitação de edifícios para actividades culturais, desportivas e de lazer

Apoio à recuperação e reconversão de edifícios para realização de actividades socioculturais, desportivas e de lazer, por forma a criar espaços de animação, particularmente para jovens, idosos e mulheres.

Submedida 1.2 - Apoio a actividades produtivas

Componente 1 Artes, Ofícios e Produtos Locais

Melhoria de instalações e equipamento de oficinas artesanais e unidades de produção agro-alimentar. Incentivo à criação e modernização de micro-empresas, prioritariamente para jovens e mulheres. Apoio ao equipamento para associações e cooperativas de artesãos e de transformação agro-alimentar. Ateliers de práticas artesanais em rede. Apoio à criação de postos de venda de produtos locais.

Componente 2 Actividade agro-silvo-pastoril

Apoio a explorações agrícolas que incentivem a manutenção e recuperação de áreas agro-silvo-pastoris. Investigação e experimentação na área de pastagens. Revitalização do pomar tradicional de sequeiro. Apoio à criação de raças autóctones. Criação de novas formas de abate legal de suínos, ovínos, caprinos e aves. Aproveitamento dos recursos silvestres.

Componente 3 Serviços e Animação Turística

Ação 1 Reabilitação de edifícios para alojamento turístico disperso

Equipamento e mobiliário que tenha como base materiais tradicionais do território e que contribua para a melhoria da qualidade das infra-estruturas.

Ação 2 Actividade turística

Criação de serviços de dinamização de espaços patrimoniais existentes, rentabilizando e melhorando a qualidade da oferta.

Submedida 1.3 - Outras acções materiais

Ação 1 Conservação e Restauro de Casas de Habitação em Meio Rural

Melhoria das condições de habitabilidade dos agricultores residentes, nomeadamente pequenas obras de adaptação, conservação e restauro, prioritárias para a melhoria da qualidade de vida e consequente fixação.

Ação 2 Equipamentos de Suporte a Iniciativas Culturais, Desportivas e de Lazer

Apoio a equipamento específico, promovido por entidades privadas sem fins lucrativos que proporcione um aumento da dinâmica e continuidade das actividades a desenvolver.

Ação 3 Recuperação de Valores Patrimoniais de Interesse

Espaços edificados - moinhos, poços, fornos de pão, cercas, etc. que contribuam para a preservação da identidade cultural e melhoria da qualidade da oferta turística em geral.

MEDIDA 2 - Acções Imateriais

Submedida 2.1 - Formação Profissional

Ação 1 Formação para melhoria da qualidade da oferta de produtos e serviços

Formação para a transmissão dos saberes-fazer das técnicas artesanais, em gestão e marketing para artesãos e produtores, e para a melhoria da competitividade e inovação da oferta. Acções de qualificação e especialização de activos. Levantamento, identificação e registo de técnicas artesanais. Participação em seminários sobre actividade produtiva. Visitas a projectos inovadores de carácter demonstrativo.

Ação 2 Formação para melhoria das competências associativas

Formação dirigida à capacitação, gestão, organização, interligação e realização de parcerias para associações. Participação em seminários. Visitas a projectos inovadores de carácter demonstrativo.

Submedida 2.2 - Outras acções imateriais

Componente 1 Inovação e competitividade da actividade económica

Introdução de novos designs, tecnologia, marketing. Apoio à elaboração de estudos para melhoria da qualidade da oferta, concepção de embalagens e catálogos. Mostras de artesanato e produtos locais. Participação e organização de eventos.

Componente 2 Iniciativas de Dinamização e Promoção do Território

Apoio a iniciativas que contribuam para a fixação dos jovens e atracção de visitantes. Apoio a desportos náuticos e actividades culturais e de lazer. Apoio a ciclos de cinema itinerante. Iniciativas de promoção do território e do seu Património. Dinamização de espaços museológicos. Organização e participação em eventos. Criação de locais de informação para o visitante, pacotes turísticos da região, sinalética, guias turísticos, e de uma imagem de marca da zona. Criação de uma carta de qualidade da oferta local de produtos e serviços.

Componente 3. Sensibilização para a Preservação dos Ecossistemas

Ação 1 Investigação e Sensibilização sobre a preservação dos ecossistemas ribeirinhos

Observatório do Baixo Guadiana, para estudo e apresentação de propostas sobre o rio Guadiana e suas ribeiras: Organização de encontros / seminários temáticos: Estudos de impacto do Alqueva na sub-região. Estudo sobre desassoreamento e navegabilidade do Guadiana. Estudos sobre fauna e flora: Acções pedagógicas demonstrativas da manutenção e limpeza do rio e ribeiras. Guia das boas práticas de utilização da água. Organização de actividades pedagógicas relacionadas com a atitude face à água.

Ação 2 Investigação e Sensibilização para a preservação dos ecossistemas agro-silvo-pastoris

Guias de boas práticas de manutenção do ecossistema: Acções demonstrativas sobre florestação com espécies autóctones: Acções de sensibilização à prevenção de incêndios

Componente 4 Apoio à iniciativa e participação solidária

Ação 1 Informação Local

Disponibilização do acesso à informação pertinente às entidades locais e população, nomeadamente através da edição de um jornal mensal.

Ação 2 Apoio técnico à iniciativa local

Apoio à criação, modernização e gestão de associações e cooperativas de artesãos e de transformação agro-alimentar: Apoio às associações culturais e desportivas: Criação de Gabinetes descentralizados, proporcionando apoio técnico à população desempregada e aos agentes socioeconómicos.

Terras do Baixo Guadiana

Associação Terras do Baixo Guadiana



Com pouco mais de um ano de existência, a Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG) vive intensamente a experiência LEADER. À frente da ATBG desde a primeira hora, Francisco Parrot Morato mostra-se satisfeito. "A ATBG está no terreno há três meses e temos aqui 70 intenções de candidatura, 17 candidaturas formalizadas e oito projectos". Números que reflectem não só o bom caminho como também o posicionamento da associação no terreno.

Resultado da parceria realizada para a apresentação da candidatura ao LEADER+ entre as associações ADPM (Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola), Alcance (Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio), e Odiana (Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana), a ATBG nasce para receber o LEADER+ num território que integra 14 freguesias dos concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Mértola e Vila Real de Santo António. Um território caracterizado por graves problemas de desertificação humana e indicadores socio-económicos preocupantes onde a ATBG pretende vir a criar as sinergias necessárias para fazer face aos desafios do desenvolvimento sustentável. Tendo por principal objectivo a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da região do Baixo Guadiana, a ATBG não se esgotará no LEADER+ pois pensa já na continuidade, com candidaturas a outros programas em curso.

O presidente da direcção e coordenador da Equipa Técnica do LEADER+ (ETL), Francisco Parrot Morato, levanta a ponta do véu e revela um pouco do que se anda a fazer. "A equipa está toda ligada ao LEADER e não somos muitos, mas a nossa ideia é poder desenvolver projectos de base territorial, sem substituir nem entrar em sobreposição com as ADL que já cá existem". E assim, respeitando o trabalho da ADPM, da Alcance e da Odiana, que a ATBG procura projectos de maior abrangência territorial, como o Serviço Voluntário Europeu (SVE), no âmbito do Programa Juventude, do IPJ, cuja "candidatura já temos aprovada, e que a Alcance já está a desenvolver e a ADPM talvez venha a ter".

É com esta filosofia e forma de estar que a ATBG se posiciona no terreno e cimenta a parceria que lhe deu origem. Como diz o coordenador da ETL, houve em todo o processo de candidatura ao LEADER+ "um interessante trabalho de parceria. No início, quando a Alcance, perfilando-se para a candidatura, procurou as associações In Loco e Vicentina, estas mostraram-se completamente abertas, abdicando de parte dos seus territórios a favor da Alcance".

Segundo Francisco Parrot Morato, foi este primeiro passo que esteve na génese da criação da ATBG. Porque logo a seguir a Alcance começou a desenvolver contactos com a Odiana e a ADPM para reforçar a candidatura.

Constituída em Outubro de 2001, a ATBG lança o seu Plano de Desenvolvimento Local (PDL) em Julho de 2002. Através de um forte plano de comunicação, apoiado em sessões públicas de divulgação nas freguesias da zona de intervenção (ZI), na publicação de um caderno especial no **Jornal Terras do Baixo Guadiana** (actualmente publicado com o apoio do LEADER+) e do próprio **sítio Internet** da associação, a ATBG põe a máquina a funcionar.

Na sede da ATBG, em Alcoutim, ou nas instalações das associadas - Mértola (ADPM), Alcoutim (Alcance) e Castro Marim (Odiária) -, começam a dar entrada as primeiras intenções de candidatura. Igualmente recém constituída, uma equipa reduzida desdobra-se para dar conta do recado. Francisco Parrot Morato tem ao seu lado apenas dois técnicos. "A trabalhar nesta área tem-se a obrigação de conhecer o meio de outra forma. Sabemos que os jovens daqui não têm as mesmas oportunidades, porque estão num meio desfavorecido, mas temos dado prioridade a jovens daqui. A direcção deu-me carta branca para escolher duas pessoas; uma na área técnica administrativa e outra na área financeira. Quis ter a certeza para apostar nas pessoas certas".

Pormenores à parte, da aposta inicial fica apenas Ricardo Bernardino. Francisco Morato voltou então a pegar nos *curricula* e escolheu mais uma pessoa; desta feita dali mesmo do concelho. Ana da Luz junta-se assim à ETL. Depois, porque o LEADER assim o exige, existe um conjunto de três animadores locais para cobrir as 14 freguesias abrangidas pelo PDL: Nuno Rodrigues, Norbidi Rachid Ibrahim e Ricardo Rosa.

A trabalhar no terreno, os animadores locais são a cara da associação junto da população. Têm consciência da responsabilidade e sentem-na nos ombros. O coordenador da ETL sublinha o papel dos animadores locais na implementação do PDL mas defende que "a estratégia é de nunca assumirem compromissos; a ETL é que vai desenvolver o processo".

Um processo simples, por natureza, mas que se quer claro e rigoroso. Por isso, existe na ATBG um **Conselho Consultivo**. Com competências para realizar o acompanhamento e apreciação do PDL, devendo garantir o respeito pelas suas orientações e regras de execução, este Conselho Consultivo, que se prevê que venha a reunir-se semestralmente, é composto por um representante de cada uma das entidades públicas e privadas da ZI que dele fazem parte, designadamente autarquias, associações de desenvolvimento, cooperativas, associações de produtores, grupos desportivos, escolas, clubes e centros culturais e recreativos. Segundo Francisco Parrot Morato, trata-se de uma "figura interessante" mas "é evidente que nem sempre conseguimos chegar a uma plataforma de entendimento". O coordenador da ETL adianta inclusivamente que "já foram recusados projectos porque não cumpriam os requisitos do PDL". Na sua opinião "a parceria tem de ser reforçada, cada um entendendo quais são as suas responsabilidades mas também percebendo que não há aqui mais fortes".

Com toda a frontalidade, Francisco Parrot Morato é peremptório: "Não podemos ser pressionados e temos de encontrar um meio de isso se tornar claro". Alcançar os objectivos a que a ATBG se propôs, seguindo o PDL traçado, é o caminho... porque, diz, "é esse o nosso trabalho; é para isso que nos estão a pagar!"

Terras do Baixo Guadiana
Rua de Timor
Espaço Comercial, Loja 5
8970-064 Alcoutim
Telefone: 281 546285
Fax: 281 546298
E-mail: geral@atbaixoguadiana.pt
Site: <http://baixoguadiana.pt>



Francisco Parrot Morato
Coordenador da ETL

Estava em Lisboa, pronto para ir para São Tomé e Príncipe como professor cooperante, mas dificuldades de alojamento atrasam a viagem e cansado de esperar, desiste. Então que decide ir dar aulas para Alcoutim. Concorde e, sem surpresas, é colocado. A ideia era ficar dois anos para desenvolver uma investigação e fazer o doutoramento. Passados oito anos ainda lá está... Foi "apanhado pela Alcance"... Com formação em Antropologia, continua a dar aulas, mas começa a participar na vida cultural do concelho (na defesa do ambiente, no grupo de teatro, no jornal) e junta-se à Alcance como voluntário, até que chega o programa Centros Rurais, e o apelo foi mais forte. Deixa a escola, interrompe o doutoramento e dedica-se à associação a tempo inteiro. Quando surge o LEADER+ e se dá a constituição da ATBG, Francisco Morato aceita o desafio... "Nos últimos anos as minhas preocupações passam pelo DL, por isso estou muito empenhado nisto. O DL é uma opção de vida... mas uma opção que deve ser reconhecida e recompensada".



Ricardo Bernardino
Técnico financeiro

Nasceu em Beja mas foi criado numa aldeia perto de Mértola, Monte dos Sapos, onde ainda vive. Confessa-se "apegado à terra" e, talvez por isso, depois de cinco anos em Beja, a tirar a licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, na Universidade Moderna, sentia necessidade de regressar.

O estágio na ADPM foi, assim, muito bem-vindo, tal como, logo a seguir, o convite para ficar. Ligado ao Gabinete de Apoio ao Investidor durante mais de um ano, é atraído pelos programas e incentivos financeiros. Dada alguma incerteza na continuidade daquele projecto, não pensa duas vezes e envia candidatura para a ATBG. É seleccionado e assume funções em Abril de 2002. "Se já gostava do que fazia na ADPM, mais gosto do que estou a fazer na ATBG. Aqui, vimos nascer os projectos e acompanhamo-los do princípio ao fim".



Ana da Luz
Técnica administrativa

A Ana tem 22 anos, é de Alcoutim e há dois meses estava desempregada. Por isso, quando soube que havia um lugar para uma técnica administrativa na ATBG não hesitou e enviou o *curriculum*. "Já conhecia a associação Alcance; a ATBG não deveria ser muito diferente". Chamaram-na para a entrevista e ficou. Pegou nos

"dossiers" LEADER no dia 2 de Dezembro, mas já considera de "muito gratificante" esta nova experiência profissional. O LEADER "é um programa muito importante para as populações locais, pois aproxima-as umas das outras".



Nuno Rodrigues
Animador local

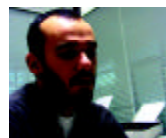
Depois de quase três anos na Alcance, transita em Outubro último para a ATBG. A experiência e o conhecimento do território colocam-no no lugar de animador nas freguesias abrangidas pelo PDL da ATBG nos concelhos de Alcoutim e Castro Marim, e em Vila Nova de Cacela (Vila Real de Santo António). "Vivo em Martinlongo desde pequeno. Conheço bem o concelho e as pessoas. Isso torna o trabalho mais fácil", reforça. Aos 25 anos, a tirar uma licenciatura em Gestão em horário pós-laboral, e uma vontade imensa de continuar no concelho, encara esta nova experiência como um grande desafio. "Gosto muito disto... O LEADER faz-nos pensar e ambicionar".



Norbidi Rachid Ibrahim
Animadora local

Nasceu no Malawi há 25 anos, mas vive desde os seis em Portugal. Depois de uma breve estada em Lisboa, Norbidi e a família instalaram-se em Martinlongo. Ali termina a primária e faz o preparatório. Concluído o secundário (em Vila Real de Santo António), inscreve-se num curso de guia turístico do IEF promovido pela Alcance. Faz estágio no

Núcleo Museológico da Cova dos Mouros e fica um ano. De volta à Alcance pega no projecto SVE e daí à Sardenha (Itália) foi um abrir e fechar de olhos... De Abril a Outubro de 2001 vive uma experiência inesquecível ao abrigo deste projecto. De regresso a Alcoutim, recupera a experiência de monitora de núcleos museológicos, mas por pouco tempo. Em Maio regressa a Sardenha... Dividida entre cá e lá, resolve parar para pensar no seu projecto de "capital futuro" (parte integrante do projecto SVE). Ao mesmo tempo chega o convite para integrar a equipa da ATBG como animadora local. Diz que sim. Conhece bem o território, sabe qual é o seu trabalho e espera gostar...



Ricardo Rosa
Animador local

Aos 25 anos, já tem uns largos anos de experiência disto... de ser "animador local". A viver quase desde que nasceu na freguesia de São Miguel do Pinheiro (Mértola), teve o primeiro contacto com a ADPM há oito anos. Um trabalho de recolha de lendas e tradições do concelho de Mértola, ao abrigo de um projecto financiado pela Secretaria de Estado da Juventude. Seguiu-se um curso de animador local e passou para o terreno como animador das quatro freguesias de Mértola no âmbito do NAL constituído para implementação do LEADER II da Rota do Guadiana. O curso de Organização e Gestão de Empresas, em Beja, ainda está por concluir mas isso parece não importar muito. O mais importante é ficar pelo concelho. "Para além de trabalhar com as populações locais, este tipo de trabalho permite-nos dar um contributo para melhorar as suas condições de vida. E por isso que aqui continuo. E a ATBG? Como era para continuar o trabalho que já vinha a desenvolver desde o LEADER II, foi daquelas coisas que nem é preciso pensar: é começar a trabalhar para levar mais alguma coisa para aquelas quatro freguesias" (Espírito Santo, São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros).

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-geral: Presidente Maria do Rosário Gaspar de Oliveira | Vice-Presidente Renata Leiria Palma | Secretário Artur Jorge Teixeira Godinho | **Direção:** Presidente Francisco de Assis Moreira de Parrot Morato | Vice-Presidente Jorge José Horta Revez | Tesoureiro Francisco Augusto Caimoto Amaral | Secretário António Maria Farinha Murta | Vogal José Fernandes Esteves, João Paulo Diniz Revez da Palma, Vanda Dora Ladeira Teixeira | **Conselho Fiscal:** Presidente Manuel Colaço Garcia | Vogal Filomena Pascoal Sintra, José Manuel Baltazar Simão

Equipa Técnica Pic LEADER+

Coordenador Francisco Parrot Morato | Ana da Luz, Norbidi Rachid Ibrahim, Nuno Rodrigues, Ricardo Bernardino, Ricardo Rosa

Associados

ADPM - Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola; ALCANCE - Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio; ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana

SIPIE - Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais

O Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais (SIPIE) é um dos incentivos económicos englobados no Programa Operacional da Economia (POE), programa este incluído no Programa de Desenvolvimento Regional apresentado à Comissão Europeia, aprovado para o período entre 2000 e 2006, e que contém vários instrumentos de apoio à economia nacional.

O principal objectivo do programa é melhorar e desenvolver o tecido económico português, em termos de competitividade e produtividade das empresas, e promover a sua participação em termos de mercado global. Para tal, o POE subdivide-se em várias iniciativas com objectivos e beneficiários mais específicos.

A iniciativa SIPIE (medida 1.1 - POE) é dirigida às pequenas e médias empresas (PME), pequenas empresas e micro empresas (*ver caixa*) que, beneficiando de um apoio ao investimento, pretendem melhorar o seu desempenho. Esse apoio pode ser canalizado para a melhoria da capacidade técnica, para investimentos em termos tecnológicos ou na modernização de infra-estruturas físicas. O montante de investimento deve manter-se compreendido entre os 50 mil e os 150 mil euros.

O apoio não se dirige apenas ao desenvolvimento das iniciativas já existentes, mas visa também a criação de novas empresas, que actuem nos seguintes sectores de actividade: indústria, turismo (incluindo a restauração), construção, comércio e serviços, este último englobando diferentes ramos como as novas tecnologias, a investigação e desenvolvimento, o transporte, a agricultura e a exploração florestal.

As actividades específicas, ligadas a estes sectores, estão descritas na classificação portuguesa das actividades económicas (CAE) embora possam ser alvo de alterações, quer por despacho ministerial quer por reconhecimento de que se trata de uma nova actividade de interesse estratégico.

Seleção e apresentação de projectos

Embora esta iniciativa tenha um período de vigência que termina em Dezembro de 2006, os projectos têm fases de apresentação e aprovação estabelecidas anualmente por despacho do Ministério da Economia. Este organismo é, também, responsável pela definição da dotação orçamental total desta medida de incentivo, embora haja um limite de apoio a nível de projecto individual. Este limite tem um máximo de 30 por cento das despesas elegíveis, e é dado sob a forma de incentivo não reembolsável. Em termos de valores concretos, o apoio está limitado por um máximo de 100 mil euros por promotor, durante um período de três anos a partir da data de contratação.

Os projectos apresentados são classificados segundo a sua Valia Económica (VE) e são considerados investimentos prioritários: a organização e gestão, qualidade, ambiente, segurança e higiene, e a inovação tecnológica.

Características do promotor

A empresa promotora do projecto deve reunir algumas condições para poder beneficiar deste incentivo:

- encontrar-se legalmente constituído e cumprir as condições legais referentes a essa actividade económica;
- ter situação regular em termos fiscais, em relação à segurança social e às entidades pagadoras do incentivo;
- ter contabilidade organizada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC);
- ter concluído o projecto anterior apoiado por esta iniciativa;
- indicar um responsável que se deve manter até à conclusão do projecto de investimento;
- comprometer-se a manter afecto à respectiva actividade, o investimento apoiado pela iniciativa SIPIE, mantendo a localização geográfica do projecto por um período mínimo de cinco anos a partir da data de celebração do contrato de concessão do incentivo, e
- cada promotor apenas pode apresentar um projecto por cada fase de selecção.

Projectos noutras áreas são considerados "outros investimentos não prioritários", embora uma decisão ministerial possa alterar esta classificação. Para o cálculo da VE existem três critérios: *mérito para a política económica, criação de postos de trabalho e contributo para a consolidação financeira*, cada um contribuindo, em percentagem, para o valor final de VE. Para projectos elegíveis, o VE deve ser igual ou superior a 60. Estes critérios devem ser tidos em conta na fase de preparação do projecto, pois dele vai depender a decisão final do apoio.

De uma maneira geral as despesas elegíveis vão desde a aquisição de equipamentos (sociais, informáticos, protecção ambiental, etc.) e máquinas, obras de construção (até 10 por cento do investimento), remodelação ou adaptação de instalações, aquisição de serviços (estudos, diagnósticos, auditorias, transporte, seguros, garantias bancárias) e assistência técnica. Ficam excluídas, entre outras, despesas com aquisição de imóveis e terrenos (com algumas excepções), trespasses, compra de mobiliário e veículos automóveis, e outros equipamentos sem ligação directa à actividade.

Esta iniciativa aplica-se a todo o território de Portugal Continental e embora seja tutelada pelo Ministério da Economia, tem como entidade responsável pela aplicação o IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento.

A última fase de candidatura terminou a 29 de Novembro de 2002 e, segundo o centro de atendimento telefónico do POE, ainda não existem datas previstas para uma nova fase em 2003, aguardando-se decisão ministerial. Os *sites* do POE (www.poe-min.economia.pt) e IAPMEI (www.iapmei.pt) serão os locais onde a informação será actualizada e onde se podem obter os formulários de candidatura (versão electrónica e em papel). A versão electrónica pode ser entregue via Internet, a as restantes (papel, disquete ou cd-rom) podem ser entregues no gabinete do investidor (GI). No entanto a apresentação e o preenchimento dos formulários não deve ser feita sem se consultar a legislação em causa.

Crítérios de classificação das empresas

Com o objectivo de uniformizar a definição de pequena e média empresa (PME), principais beneficiários deste tipo de apoio, a CE criou critérios de uniformização da definição, que assentam no número de trabalhadores e no volume de negócios:

- «PME»
 - tem menos de 250 trabalhadores
 - volume de negócios anual inferior a 40 milhões de euros ou balanço total anual inferior a 27 milhões de euros

- «Empresas de média dimensão»
 - tem entre 50 a 250 trabalhadores
 - volume de negócios ou balanços totais anuais intermédios entre «PME» e «pequena empresa»

- «Pequenas empresas»
 - tem menos de 50 trabalhadores
 - volume de negócios anual inferior a 7 milhões de euros ou balanço total anual inferior a 5 milhões de euros

- «Micro empresas»
 - tem menos de 10 trabalhadores

Todas cumprem "critérios de independência" i.e. são independentes, não sendo propriedade, em 25 por cento ou mais do capital ou dos direitos de voto, de várias empresas que não se enquadram na definição de «PME» ou «pequena empresa». Existem no entanto duas excepções: para o caso em que a empresa seja propriedade de sociedades públicas de investimento, sociedades de capital de risco ou investidores institucionais (que não exerçam controlo sobre a empresa), ou se o capital se encontrar disperso, não sendo possível determinar quem o detém, e este não ser, presumivelmente em 25 por cento ou mais, propriedade de empresas que não se enquadrem nas definições de «PME» ou «Pequena empresa» (recomendação da Comissão 96/280/CE, de 3 de Abril de 1996)

Oleiras por acaso

Nunca tinham usado a roda nem, tão pouco, amassado um pedaço de barro. Há quatro anos, uma acção de formação lança-as na olaria e, desde então, nunca mais param. Reconhecidas pela linha tradicional e motivos campestres, as peças que saem da Olaria de Martinlongo enchem de orgulho estas quatro mulheres: Fátima, Helena, Carmen e Célia.

Sentadas à volta de uma mesa, elas não têm mãos a medir... A duas semanas do Natal, as encomendas não podem esperar. Enquanto a Helena dá seguimento a um par de castiçais, passando-lhes uma espécie de tinta branca aguada (caulino), a Carmen desenha uma flor da esteva num pote, a Célia concentra-se na pintura de um prato e a Fátima, entre dois ou três clientes que chegam à olaria, ajuda a contar a história...

Nunca estas mulheres tinham imaginado que um dia estariam ali, naquela velha olaria de Martinlongo, escondida na rua do Azinhal. Nada nas suas vidas o fazia prever. Nenhuma delas é filha, neta ou sobrinha de oleiro nem tinha amassado um pedaço de barro e muito menos usado a roda.

Em Martinlongo, terra onde nasceram ou foram viver por opção, a vida corria-lhes ao sabor do tempo, com as contrariedades próprias do meio. Freguesia do concelho de Alcoutim que impressiona pela sua dimensão, Martinlongo nada mais tinha a oferecer que as freguesias vizinhas. Um emprego na escola ou na junta de freguesia era o máximo que podiam ambicionar num lugar onde já vai havendo alguma oferta a nível de serviços mas mesmo assim a fragilidade económica é profunda.

A promoção e o desenvolvimento de actividades que ajudem a criar emprego e a fixar a população é uma necessidade urgente. No terreno há mais de uma década, a Alcance - Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Alcoutim, em parceria com outras entidades, e recorrendo aos fundos estruturais e outros instrumentos de apoio, tem vindo a desenvolver iniciativas que contribuam para o desenvolvimento destas comunidades e ajudem a combater a desertificação humana que tanto afecta esta região.

É assim que surge, em 1998, o projecto da Alcance que haveria de mudar a vida destas quatro mulheres: uma acção de formação em olaria promovida pelo IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional). Tratando-se de uma antiga e importante actividade tradicional do concelho que se encontrava praticamente extinta, a ideia era dar início a um processo de revitalização de uma olaria em Martinlongo. Cansadas de empregos precários ou simplesmente da falta dele, várias mulheres do concelho decidem inscrever-se no curso. Seleccionado o grupo das 10 formandas necessárias para avançar com a formação, o curso arranca em Abril. Durante 12 meses, entre a teoria e a prática, as formandas conhecem o processo de fabricação tradicional, desde a preparação do barro, roda, "enforna" e pintura.

Recuperada antiga olaria

Terminado o curso, a associação selecciona metade para dar continuidade ao projecto através da criação de uma empresa de inserção. A funcionar já no espaço que a Alcance recuperou para o efeito, uma antiga olaria que se encontrava fechada há muitos anos e



João Lima



João Lima

em avançado estado de degradação, o grupo sofre uma baixa mas, muito motivadas, as mulheres levam o projecto adiante. É então que a Célia se junta à Fátima, à Helena e à Carmen.

Célia não frequentou o curso mas tinha alguns conhecimentos na área da pintura. E, por isso, aquela que mais tempo dedica a esta fase. Uma pintura que apresenta motivos inspirados na Natureza, especialmente a flor da esteva que é reproduzida vezes sem conta, com a ajuda de um papel vegetal picotado e de uma boneca de carvão, nas xicaras e bules dos conjuntos de chá e café, mas também em copos, pratos e outras peças usadas essencialmente como decoração. Com o apoio de duas jovens voluntárias do programa SVE, a olaria experimentou uma nova de linha de decoração das suas peças, com inclusão de motivos geométricos, mas as oleiras de Martinlongo preferem continuar a apostar numa pintura singela, baseada nos motivos tradicionais, pois é assim que as suas peças já são (re)conhecidas em Alcoutim e um pouco também fora do concelho.

À excepção da Célia que não faz roda, todas fazem tudo embora seja da roda que parece mais gostarem. Caçoilas, alguidares, cafeteiras, potes de tamanho variável e muitas outras peças, sobretudo com função decorativa, são as peças que invariavelmente saem das suas mãos. Porque, conforme explica Fátima, são aquelas peças que têm mais saída, quer na própria olaria, onde aparecem alguns turistas e outros curiosos que gostam de comprar "à boca do forno" quer nas feiras que participam, quer ainda na loja de artesanato em Martinlongo que exploram, em parceria com a *Ervas Luzifá* (ervas para chás medicinais).

Até aqui trabalho não tem faltado, mas mesmo assim nem sempre o produto das vendas é suficiente para pagar as despesas e os ordenados. Tem-lhes valido o apoio da Alcance, nomeadamente na aquisição da matéria-prima (barro pronto a trabalhar que chega de Pombal), e alguns equipamentos, e de outras entidades que, pontualmente, apoiam a nível logístico a presença em feiras fora do concelho, como por exemplo, em Vila Real de Santo António, onde já são presença obrigatória. Mas tudo depende do estado da contabilidade, como diz a Fátima. “No início tínhamos dias marcados na semana para cada uma ir para a roda, e as outras enfornavam, pintavam e vidravam. Mas agora, consoante as encomendas, olhamos para o que temos (pratos com a flor da esteira temos de ter sempre - é a nossa marca) e fazemos o que faz falta. As peças pintadas levam mais tempo porque têm de ir duas vezes ao forno... Uma mesma peça passa pela nossa mão uma semana inteira. Depois o forno leva-nos muitos dias a encher, pelo que, muitas vezes, para não atrasar as encomendas ou responder a encomendas mais pequenas, acabamos por usar esta pequena mufla”, diz Fátima ao mesmo tempo que aponta para um pequeno forno (também eléctrico) que usam sobretudo nas feiras e exposições, e que naquele dia, para grande transtorno, se encontrava avariado. O peso que essa avaria representa na produção da semana ou do mês, não é fácil calcular nem estas mulheres, para já, se preocupam com isso. Mesmo os preços das peças não são encontrados com muito rigor. O valor varia, naturalmente, com o tamanho da peça, o grau de dificuldade e originalidade da pintura mas, muitas vezes, sobretudo em feiras, no contacto directo com o público, também pode variar com o tipo de cliente. Apesar da pouca experiência no ramo, Fátima já não tem quaisquer dúvidas de que a maioria das pessoas considera o artesanato caro e raras vezes não pedem para baixar o preço. Por isso, confessa, “Às vezes, cedemos, depende da pessoa e da peça!” E porque “um cliente satisfeito pode trazer mais vinte ou trinta enquanto que um cliente insatisfeito pode afastar cinquenta ou mais”.

Há momentos em que “esmorecem”

Conscientes de todas as contrariedades desta actividade (sobretudo a nível do mercado) e apesar de existir ainda alguma desconfiança entre alguns familiares, amigos e vizinhos, e até alguns momentos em que “esmorecem” um bocadinho, a Fátima, a Helena, a Carmen e a Célia continuam dispostas a apostar na Olaria de Martinlongo. Reconhecem que necessitam de mais formação, particularmente na área da gestão (e isso está já a ser equacionado pela associação Alcance recorrendo aos programas EQUAL ou LEADER+), e que têm obrigatoriamente de divulgar mais o produto, participando em feiras e exposições, e colocando as peças em mais lojas por esse Alentejo e Algarve (mais Algarve), mas têm a certeza que a solução está em continuarem juntas. “Cada uma por si não vamos lá!”



Fátima

Vive em Martinlongo há 15 anos mas nasceu na freguesia de Giões; 35 anos. Na altura estava a trabalhar na padaria mas assim que soube do curso fui inscrever-me. Já não é do meu tempo mas há alguns anos atrás existiam aqui muitas olarias. É uma actividade diferente e quis experimentar para saber como era. Eu sempre apostei e continuo a apostar, embora haja momentos em que acontecem coisas que nos levam a esmorecer. Vejo-me a trabalhar na roda e até posso vir a ser uma boa profissional.



Helena

Natural de Giões, a viver actualmente em Martinlongo; 35 anos

Eu nunca tinha mexido num bocado de barro e, na altura, nem imaginei que poderia ser uma actividade rentável. Depois, à medida que o curso foi avançando fui gostando mais e fiquei. Na roda faço alguidares em miniatura, taças, cinzeiros e na pintura, passo os desenhos que temos ou então o que me lembro. Vem aqui muita gente, gostam de nos ver trabalhar na roda.



Carmen

Nasceu na freguesia de Portel mas vive em Martinlongo desde os 14 anos; 22 anos. Tinha 17 anos e fiquei grávida. Estava a fazer umas horas na associação Alcance e o professor Francisco convidou-me a inscrever no curso. Tive a Inês em Outubro, fiquei um mês em casa e voltei para o curso. Não tinha ideia do que isto era. Num ano ganhei 20 contos mas agora já não saio. Gosto de pintar, mas na roda... vamos para ali e dá mais mistério...



Célia

Vive na freguesia do Pessegueiro mas nasceu no concelho de Mértola; 28 anos. Tinha alguns conhecimentos porque tinha feito um curso de restauro anteriormente e pintava quadros a óleo. Na altura estava desempregada. Aqui faço tudo menos roda. Espero continuar.

Todas de Martinlongo, já se conheciam e, talvez por isso, se perceba a forte ligação afectiva que existe entre elas. O apoio técnico e acompanhamento prestado pela Alcance tem sido decisivo em todo o processo, sobretudo depois da empresa de inserção terminar, mas segundo o técnico da associação que tem acompanhado de perto o projecto, Nuno Rodrigues, o que tem mantido a olaria a funcionar é precisamente a forte ligação afectiva que une estas quatro mulheres. “Este grupo tem sido muito bom e tem força para continuar. Para além da relação profissional existe já uma relação afectiva, e isso é muito importante”.

Depois de quase um ano cheio de trabalho que deixa estas mulheres muito satisfeitas, é tempo de entrar numa nova fase, tornando-se autónomas. Nos últimos meses a associação tem vindo a estudar qual será a melhor forma da olaria continuar, quer seja através da constituição de uma cooperativa, uma associação ou uma empresa. A Fátima, a Helena, a Carmen e a Célia acerca disso nada ou quase nada sabem mas de uma coisa porém estão bastante seguras: querem continuar! Através deste projecto, estas mulheres encontraram uma actividade profissional que gostam e que lhes dá um rendimento. Com percursos de vida marcados por baixo nível de escolaridade, dificuldades ao nível do emprego e, por vezes, situações familiares complexas, a olaria não só ajudou a encontrar um caminho como trouxe à vida de cada uma um pouco mais de cor...

Paula Matos dos Santos
pmsantos@inde.pt

Castro Marim, um Algarve diferente...

A Sul o Atlântico. A Oeste a Espanha. A Este o reino dos Algarves. A Norte a serra algarvia e o Alentejo. Como elo de ligação o Guadiana. Que forma e marca o território. Encruzilhada de caminhos, Castro Marim testemunha ainda hoje essa marca histórica que lhe garante uma identidade cultural muito forte, a sua maior potencialidade para enfrentar a moderna uniformização.

A vila de Castro Marim surge discreta na silhueta da paisagem. No cimo da encosta vislumbra-se o antigo castelo, aos pés do qual se espalha o casario simples e tradicional. As dimensões são harmoniosas, nada de dissonante nos alerta numa primeira observação. Para quem está habituado ao caos urbanístico algarvio ou à arquitectura de lazer que prolifera por todo o litoral, a pequena vila surge como um oásis de autenticidade que só muito para o interior, na serra algarvia, se consegue vislumbrar. Entrando nos espaços da vila nada nos diria que estamos numa das zonas mais cosmopolitas do país, com um fluxo permanente de turistas. Castro Marim quase não tem restaurantes e nem uma pequena residencial para pernoitar. Desconfortos notórios que o tempo há-de colmatar e, se o bom senso imperar, sem descaracterizar essa característica valiosa da harmonia e da autenticidade.

Guardiã do mar e do rio, a vila foi construída num local estratégico, dominando a entrada do Guadiana e vigiando a vizinha Espanha, já do outro lado do rio. Essa localização estratégica fez com que fosse, desde sempre, um dos locais privilegiados de encontro de culturas (marcas fenícias, romanas e árabes são evidentes) e, simultaneamente, um bastião da afirmação política da nacionalidade portuguesa. O castelo, conquistado aos árabes em 1242, será reconstruído por D. Afonso III e desempenha desde essa data um papel fundamental na defesa da fronteira sudeste do país, tendo-se reafirmado valioso na guerra da restauração, com D. João IV, altura em que a defesa é reforçada com a construção do vizinho forte de S. Sebastião.

Agora, numa altura em que perde sentido a afirmação militar contra ameaças exteriores, Castro Marim repousa na sua memória arquitectónica e paisagística, elementos extremamente valiosos para uma rentabilização económica através de um saudável e planeado dimensionamento turístico. Que terá de ser baseado na revalorização e afirmação da sua identidade



Francisco Botelho

cultural, no aproveitamento das condições excepcionais em termos ambientais que lhe resultam de possuir a reserva natural do sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António e no facto de manter ainda activa uma importante e tradicional actividade salineira, outrora fundamental na economia do concelho e hoje em acentuada decadência, mas revelando enormes potencialidades como imagem de marca do concelho.

As salinas de Castro Marim

Subindo aos torreões da velha fortificação, o olhar espalha-se a leste por um vasto horizonte. Vila Real de Santo António e Ayamonte, com o seu casario maciço, marcam o povoamento. A norte, a silhueta da moderna ponte que liga os dois lados do Guadiana, é já uma imagem de marca. Depois, espalhando-se por quilómetros, o Guadiana e o sapal, com a sua vegetação exuberante e os contínuos prateados da água do rio, serpenteando por inúmeros canais.

Visitar o sapal através dos circuitos delineados pelos serviços da reserva é uma ocupação a não perder. A avifauna abundante e única proporciona momentos de contínuo prazer. E, por entre os trilhos percorridos é possível observar as marcas da exploração salineira, cobrindo uma área superior a 300 hectares.

Mediante um complexo e sábio tecido de canais e tanques, a água do estuário do Guadiana, misturada com a do mar que nele entra através



Francisco Botelho

das marés, vai-se tornando progressivamente mais rica de sal até que nos talhos, por efeito do calor do sol se produz a evaporação, deixando visíveis os cristais de cloreto de sódio, de um branco quase irreal, concentrados em montes ao longo dos muros das salinas. No período do Verão, época em que as condições de insolação e a total ausência de chuva permite a exploração, as salinas de Castro Marim ganham vida. Muito cedo, pernas enterradas na água, os salineiros arrastam com os rodos o sal cristalizado para depois, em ceiras que escorrem água pelas costas abaixo, o transportarem através das rampas até ao cimo dos muros que separam as salinas. Um trabalho permanente de vai e vem, esforçado e cansativo, que permite recolher um produto de grande qualidade, indispensável à vida e que foi, desde sempre, condicionante do povoamento humano.

Interrompido no pino do calor, o trabalho é retomado a meio da tarde, terminando apenas ao anoitecer. Dia após dia, até que as primeiras chuvas interrompem a safra até ao ano seguinte.

Durante mais de meio ano as salinas vão discretamente diluir-se na paisagem do sapal, cobertas pela água, quase despercebidas.

Uma actividade em decadência

A competitividade económica, que privilegia a competitividade dos custos, tem levado a uma profunda transformação da actividade salineira. O aumento das superfícies de produção e a utilização intensa de meios mecânicos em explorações industriais permitem uma muito maior rentabilidade, possibilitando preços cada vez mais baixos para o produto. Resultado desse facto é o progressivo abandono das explorações tradicionais, onde todo o trabalho é feito pela força humana e em que apenas são utilizados utensílios de madeira. Baseada numa exploração familiar complementada antigamente com a actividade agrícola ou piscatória e hoje com a construção civil, a exploração do sal mal dá hoje em dia para comer.

Castro Marim sofre actualmente com este problema. Em cada ano que passa são abandonadas algumas salinas e os actuais salineiros não vêm futuro para a actividade em função dos preços praticados. Mas a manutenção das salinas de Castro Marim não é apenas um problema económico. A sua manutenção é essencial para a preservação do ecossistema do sapal e este facto não é compatível com soluções de industrialização,

seriamente lesivas do equilíbrio ambiental. Por outro lado, a sua manutenção é essencial para a afirmação da imagem e da identidade de um concelho e de uma população que, em tempos, já viveu quase exclusivamente do sal.

Essa consciência da inevitabilidade de um programa integrado de revitalização das salinas e da actividade salineira de Castro Marim é cada vez mais um imperativo para os responsáveis locais. A circunstância de o sal de Castro Marim ser já certificado como produto biológico e apresentar uma grande riqueza em sais minerais para além de uma total ausência de elementos poluentes, pode rentabilizar em custo a oferta de qualidade. É esse o esforço que os produtores, reunidos na associação Tradisal, desenvolvem actualmente, reforçando a imagem de qualidade e diversificando a apresentação do produto. Isto para além de apostarem cada vez mais na produção da "Flor de Sal", um sal de superior qualidade, cristalizado à superfície da água, altamente considerado pelos chefes-cozinheiros e que atinge preços elevadíssimos em mercados especializados. Pesquisando novos nichos de mercado e sensibilizando para a necessidade de ter em conta a qualidade de um produto essencial para a alimentação humana, os produtores de sal de Castro Marim procuram inverter uma situação de declínio e voltar a dinamizar uma actividade fundamental para o concelho e para a região.

Discreta, repousando na colina, a vila de Castro Marim sonha com a redinamização das salinas. E tem a secreta consciência de que o castelo e o casario e a gente que o habita voltarão a dias de riqueza e projecção quando o sal e as salinas, para além de uma rentável actividade económica, representarem um dos principais atractivos turísticos do Algarve e do país.

Francisco Botelho
frbotelho@inde.pt



Francisco Botelho



Pela Mão das Serras

Engenho e Obra: Engenharia em Portugal no século XX 8 de Janeiro a 2 de Março

Está aberta ao público na Cordoaria Nacional, em Lisboa, a exposição "Engenho e Obra em Portugal no século XX". Dedicada à "arte do engenheiro", pretende mostrar as maiores realizações no campo da engenharia em Portugal, e que tiveram impacto na sociedade portuguesa do século XX. É uma iniciativa conjunta do Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico (IST), em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e reúne, no seu comissariado, um grupo de investigadores nacionais que, em conjunto com especialistas de diversas áreas (economia, história, sociologia), pretendem mostrar como a obras de engenharia contribuíram para a alteração da paisagem e da sociedade portuguesas.

Outras informações:
Telefone: 218 419 408 / 218 417 251
Fax: 218 419 344
E-mail: mdiniz@gape.ist.utl.pt
Internet: www.Engenharia.com.pt

Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) 22 a 26 de Janeiro

A 15ª edição da Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorre pelo quarto ano consecutivo na área expositiva da FIL, Parque das Nações, tem como principal objectivo a promoção da qualidade da oferta turística nacional. O lançamento de novos produtos turísticos e publicações da especialidade, a divulgação de novas imagens promocionais, o reconhecimento do mérito turístico de entidades e personalidades nacionais, contactos e negócios, são as componentes da iniciativa, que já assegurou a participação de 90 países estrangeiros. Entre múltiplas actividades paralelas que decorrem a longo do evento, destaca-se o 1º Concurso Nacional de Gastronomia, considerado como o principal instrumento dinamizador da estratégia de promoção interna do projecto "Gastronomia Património Nacional".

Para mais informações, contactar
Tel: 218 921 500
Fax: 218 921 523
E-mail: btl@aip.pt
Internet: btl.fil.pt

Seminário "Que políticas agrícolas para o futuro" 23 e 24 de Janeiro de 2003

Integrado nas comemorações dos "150 anos de Ensino Superior Agrícola em Portugal" (1852-2002), o Instituto Superior de Agronomia (ISA) promove um conjunto de cinco seminários, começados em Março de 2002, e que terminam com este "Que políticas agrícolas para o futuro", coordenado pelo Prof. Francisco Avelaz.

Para saber mais, contactar
Instituto Superior de Agronomia - Cristina Félix
Tel: 213 653 128
Fax: 213 635 031
e-mail: crismariz@isa.utl.pt

X Jornadas Pedagógicas da ASPEA "Um Rumo para a Sustentabilidade" 23 a 25 de Janeiro

A Associação Portuguesa de Educação Ambiental promove a 10ª edição das suas jornadas pedagógicas, no âmbito da sua Agenda Escolar, este ano subordinadas ao tema da sustentabilidade e realizadas no Grande Hotel da Curia.

Para mais informações, contactar
ASPEA de Aveiro
Telefone: 916 619 332 / 916 635 658
Fax: 234 371 139
Internet: www.aspea.org

Fórum Social Mundial 23 a 28 de Janeiro

Um espaço de encontro para o aprofundamento da reflexão, debate democrático, formulação de propostas, troca livre de experiências e articulação para acções eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária centrada no ser humano, a ter lugar em Porto Alegre, Brasil. Este ano, o Conselho Internacional definiu cinco eixos temáticos concebidos como catalisadores de preocupações, propostas e estratégias: Desenvolvimento democrático e sustentável; Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; Media, cultura e contra-hegemonia; Poder político, sociedade civil e democracia; e Ordem mundial democrática, combate à militarização e promoção da paz.

Para mais informação, contactar
Comité Organizador / Secretaria executiva FSM
Telefone / fax (Brasil 55) (São Paulo 11) - 3258-8914
E-mail: fsm2003info@uol.com.br
Internet: www.forumsocialmundial.org.br

IV Mostra de Caça e Pesca da Lousã 24, 25 e 26 de Janeiro

Vestuário, calçado, utilidades, cutelaria, artesanato, decoração, artes plásticas, material de caça, material de pesca, barcos e acessórios, atrelados, cães, rações, coelhos e perdizes, trutas, livros e revistas, cassetes, carreira de tiro para arco e besta, gastronomia, vão preencher o Pavilhão Municipal de Exposições da Lousã durante três dias, numa organização da Câmara Municipal da Lousã.

Mais informações, contactar
Câmara Municipal da Lousã
Tel: 239 994006
Fax: 239 990379
E-mail: cmlousan@mail.telepac.pt
Internet: www.cm-lousa.pt

Seminário "O Alqueva e a Hortofruticultura em Portugal" 29 de Janeiro

Fechadas as comportas da Barragem do Alqueva, agora, importa maximizá-la em termos de utilização. Face a este cenário, a Confederação dos Agricultores de Portugal vai organizar, no Auditório da sua sede, um Seminário subordinado ao tema "O Alqueva e a Hortofruticultura em Portugal".

Para saber mais, contactar
Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)
Tel: 217 100 000
fax: 217 166 123
E-mail: cap@cap.pt
Internet: www.cap.iweb.pt

Folclore no Centro Cultural de Belém 31 de Janeiro

Dirigido por João Monteiro, o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Salvaterra de Magos traz ao Espaço 7 às 9 do CCB um espectáculo etnográfico com música e dança tradicionais do Ribatejo, apresentando o trabalho que tem vindo a realizar ao longo dos seus 20 anos de existência.

Para mais informações, contactar:
Direcção do Centro de Espectáculos do CCB
Miguel Leal Coelho
Tel: 213 612 400
Fax: 213 612 820
E-mail: miguel.coelho@ccb.pt
Internet: www.ccb.pt

EXPOZOO'03 5º Salão Internacional de Zootécnica 6 a 9 de Fevereiro

Terá lugar na EXPONOR, a 5ª edição do Salão Internacional de Zootécnica, conhecida como a maior feira ibérica sobre o mundo animal. Destinada a profissionais do sector, esta edição recebe simultaneamente, para além da 2ª edição INTERNUTRI, Feira Internacional de Produção e Nutrição Animal e da 62ª Exposição Canina Internacional do Norte, o 1º Salão de Produtos e Equipamentos para Veterinária, uma novidade que visa complementar esta iniciativa, promovendo a interdisciplinaridade.

Para mais informações, contactar
Tel: 229 981 012
Fax: 229 981 482

SISAB 2003 - Mostra de Produtos Portugueses 10 a 12 de Fevereiro

Realiza-se nos dias 10, 11 e 12 de Fevereiro de 2003, no Pavilhão Atlântico em Lisboa, o SISAB 2003 - Salão Internacional do Vinho, do Pescado e do Agro-Alimentar, considerado pelos promotores o maior Salão do sector, composto por empresas portuguesas e especialmente vocacionado para o contacto com agentes económicos internacionais.

Mais informações,
Tel: 217 957 671/2/3/4
Fax: 217 957 665
E-mail: mundo.portugues@ip.pt
Internet: www.grupomundoportugues.pt

Encontro de Desenvolvimento Local Sustentável, Rural e Comunitário 27 e 28 de Fevereiro

Este encontro que decorrerá em Badajoz, numa organização conjunta da Área de Desarrollo Local da Diputación de Badajoz e da Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local tem como objectivo promover o encontro de agentes e responsáveis pelo desenvolvimento local para iniciar um processo de reflexão sobre as alternativas de desenvolvimento baseadas no local e protagonizadas pelos cidadãos.

Para mais informações e inscrições:
Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Tel.: +351 218446621
E-mail: minhaterre@minhaterre.pt
Internet: www.minhaterre.pt



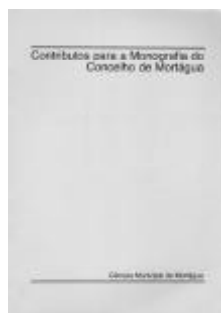
Dar rosto à intervenção - Os animadores de Desenvolvimento Local
Palma, Graça e Dias, Nelson; In Loco, 2001

Com o apoio da LEADER II/IN LOCO

O termo “animador” tem vindo a ocupar um lugar de destaque na linguagem do desenvolvimento local. Na sua origem, o animador está associado ao domínio da vida cultural, da educação e das práticas de tempos livres, num certo sentido de voluntariado, embora também seja comum encontrá-lo noutras situações.

A In Loco apropriou-se deste termo e acrescentou à designação inicial as palavras de “desenvolvimento local”. Entendeu deste modo que as funções do animador ultrapassam as da animação sócio-cultural, integrando outras dimensões que se revelam imprescindíveis em processos de desenvolvimento dos territórios.

Contar a história viva e vivida dos animadores de desenvolvimento, falar do seu trabalho e reflectir sobre aspectos importantes deste tipo de intervenção foi o desafio que a associação In Loco lançou a dois dos seus colaboradores. O resultado está à vista... Uma publicação que não só dá conta da experiência da rede de animação da In Loco como da visibilidade aos animadores e ao trabalho que eles têm vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos; um trabalho importante mas muitas vezes pouco visível... Por isso, este livro, que os autores consideram especial, ainda que assumidamente imperfeito e incompleto, é-lhes dedicado.



Contributos para a Monografia do Concelho de Mortágua
Sá, António Pedro Ferreira Duarte de; Neto, Celso José dos Santos, Abreu, Fernando Manuel Carreira de, Gonçalves, Maria Zília; ADICES e Câmara Municipal de Mortágua, 2001

Com o apoio da LEADER II/ADICES

Não se conhecendo outra terra com o mesmo nome, explicar a origem e evolução do nome “Mortágua” não terá sido tarefa fácil para os autores desta publicação. Embora não se demorando muito nesta questão, os autores, articulando a perspectiva histórica com a caracterização geomorfológica e a dinâmica geográfica, territorial e sócio-demográfica, proporcionam ao leitor um olhar mais global sobre o concelho de Mortágua e suas gentes.

A presente publicação assume-se assim como um conjunto de contributos que poderão constituir material importante para um aprofundamento da história do concelho e para o conhecimento da sua realidade e dinâmica actuais. Completá-la com outros estudos monográficos, mais ou menos especializados, em matérias fundamentais ao desenvolvimento deste concelho é, desde logo, o desafio lançado no Prefácio, pelo presidente da câmara de Mortágua. Seguem-se cerca de 250 páginas recheadas de factos históricos, sociais e culturais... Dos primórdios aos Romanos, do Liberalismo à República, esta obra dá-nos um retrato rigoroso do concelho de Mortágua: a terra, a fauna e flora, os personagens ilustres, a vida cultural, os usos, costumes e tradições...



A Nordeste de todas as histórias
Simão, José Manuel; Câmara Municipal de Alcoutim, 1999

Com o apoio da LEADER II/IN LOCO

Nove histórias pela pena de José Manuel Simão... Nove narrativas da vida das pessoas de Alcoutim, que como nos conta o autor nos Agradecimentos à família, “travaram uma luta constante e quantas vezes difícil para arrancar à terra o parco sustento”.

Histórias dos “anos da fome e da miséria”, quando as refeições eram constituídas quase exclusivamente à base de pão. Histórias de guardas fiscais e contrabandistas, do fabrico de carvão, do ciclo do linho, das “mondas” no Alentejo e da pesca no Guadiana. Histórias de recordações amargas e da rudeza da vida dos montes. Mas, também histórias de festa, narrando as aventuras e costumes do Entrudo, com os seus folguedos e partidas pregadas, e com os seus “ferranchões” e bailes de concertina.

Tudo isto nos conta José Manuel Simão nas crónicas publicadas no Jornal da Serra e neste “A Nordeste de todas as histórias”, sempre numa prosa viva e escurrita, ágil a narrar as vidas destes “campeões da sobrevivência” numa terra em que só ficava quem não tinha outra alternativa. Porque, como salienta o presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, Francisco Amaral, no início deste livro: “Zé Manel, se tudo o que dizes, no teu livro, sobre a vida difícil dos alcoutejeiros é só uma pequena introdução, porra, que vida de um cabrão esta gente deve ter tido!”

www.minhaterra.pt



Síde da “Minha Terra” - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, ainda em fase experimental, e que vem na continuidade do trabalho em rede que a Federação tem desenvolvido.

O site assume-se como instrumento de promoção

das iniciativas e dos actores do desenvolvimento local junto do público em geral, e disponibiliza informação actualizada sobre oportunidades e eventos relacionados com o desenvolvimento local em meio rural.

Na secção de destaque são transmitidas notícias e informações, de que são exemplo a Feira de Projectos Transnacionais LEADER, Hidronatura no INTERREG IIIC, Programa Delnet apoia o Desenvolvimento Local, e Ecoturismo 2002.

No topo de página, abrem-se ligações para Acerca da Minha Terra, Associados e Ligações. No primeiro, faz-se a apresentação da Federação como uma estrutura que visa “apoiar e desenvolver projectos”, nomeadamente “apoio técnico e planos de desenvolvimento rural: agricultura, silvicultura, pecuária e pescas”, e, em paralelo, é possível conhecer os nove artigos que constituem os estatutos da Federação. Em Associados encontramos, para já, informação sobre 16 membros da Federação, através de dez itens de informações: Apresentação, Contactos, Relevância Social, Composição dos órgãos sociais, Programas em funcionamento, A Intervenção da ADL, O Território de intervenção, População, Economia e Emprego, e Espaços Protegidos. Por fim, no terceiro ícone, denominado Ligações, é estabelecida a ligação a dez sites de associados da Federação.

www.dueceira.pt



“Desde a montanha verde, jóia rara / Ao azul do rio, que tanto encerra / As gentes que a distância não separa / Unidos pela vida, terra a terra...”. As palavras de Augusto Simões, poeta com alma serrana, natural destas terras, exprimem o ponto de partida da renovada página da Dueceira – Associação de Desenvolvimento do Ceira e

Dueça, e do ELOZ – Entre Lousã e Zêzere.

Ao seleccionar o ícone Dueceira na página inicial encontramos um menu com oito entradas. Nas duas primeiras, faz-se uma breve apresentação da Dueceira e da Pinhal do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento, com apresentações das duas entidades parceiras do LEADER+/ELOZ, que integram definições de missão, área de abrangência e principais intervenções. Nas entradas seguintes, os Elos da ELOZ lançam pistas sobre o Acordo de Cooperação, Grupo de Acção Local e Conselho de Gestão, o Território ELOZ faz uma breve apresentação dos sete concelhos do território, com um olhar ao ELOZ em números, que apresenta indicadores genéricos, demográficos e sociais, o Programa LEADER+ ELOZ divide-se em PDL – Plano de Desenvolvimento Local, Candidaturas, Legislação Aplicável, Manual de Normas Gráficas e Plano de Cooperação. Um Glossário e uma secção de Ligações Úteis são interessantes espaços de informação, enquanto o Mapa do Site é um útil instrumento de navegação. À margem, duas entradas repetem o menu inicial, abordando os projectos “Trilhos da Serra” e “Artesanato em Rede”. Um site de fácil acesso e navegabilidade, com muita informação disponível em relação às associações, território e projectos.

www.galandum.co.pt



Síde do Grupo de Música Tradicional Mirandesa Galandum Galundaina e da Associação Cultural, formados em 1996, e cuja história se conta em poucas palavras. Perante o desinteresse generalizado da população pela cultura e tradições das Terras de Miranda, um grupo de jovens filhos da terra, começou a desenvolver estratégias de resposta a este problema, começando pela música.

A página inicial introduz a história do grupo e da associação, enquanto abre ligações para algumas notícias. Também encontramos ligações para a apresentação dos membros do grupo, acesso a uma agenda de concertos, e Discografia, que apresenta “L. Purmeiro” (“O Primeiro”, em mirandês), o primeiro trabalho editado pelo grupo, com acesso a três músicas do álbum: Passeado, Nós tenemos muitos nabos, e Hellena. Por fim, a última entrada permite aceder a informações sobre o Festival de Cultura Mirandesa Rezosa, cuja última edição teve lugar em Fuonte Aldé (Fonte de Aldeia), com organização da Galandum Galundaina Associação Cultural e ACREFA (Associação Cultural e Recreativa de Fonte de Aldeia).

Colmeias de Arganil

A apicultura é uma actividade tradicional de toda a Serra da Lousã, exercida em complementaridade com outras actividades, principalmente com a agricultura. Abel Costa Pereira, antigo funcionário da Câmara Municipal, para além de apicultor entregou-se desde sempre, na pequena oficina da sua casa, ao trabalho de restauro e construção de colmeias, para uso próprio e para serviço de outros apicultores. É aqui que começa a história de um projecto que hoje se afirma como uma PME promissora e um exemplo de iniciativa em que o LEADER exerce um papel essencial, muito para além do simples apoio financeiro.



Francisco Botelho



Na base do projecto, que dá pelo agradável nome de Casa do Apicultor, está um casal de jovens. Abel José da Costa Pereira (filho de Abel Costa Pereira) e Sandra Agostinho, a mulher com quem casou e que, após um curso técnico profissional na área da floresta se apaixonou também pela apicultura. Ainda antes de casarem constituíram uma sociedade para desenvolver a actividade que o pai, nos tempos livres, vinha conduzindo há anos. Na velha oficina da casa vão construindo as colmeias e, no desejo de implementar o negócio, passam a frequentar as feiras nacionais e espanholas, promovendo o seu produto. Tui, Don Benito, Guadalajara, entre outras, valem-lhes encomendas cada vez mais frequentes. A pequena oficina mostra-se insuficiente para satisfazer as encomendas e o sonho de umas instalações fabris adequadas toma corpo. O recurso a uma instituição bancária é o primeiro passo para viabilizar o projecto e é precisamente aí que tomam contacto com o Programa LEADER. A ADIBER e a CGD estabeleceram um protocolo de colaboração com vista a potencializar as intervenções de apoio. E o jovem casal de empresários dirige-se pela primeira vez à associação de desenvolvimento para expor o seu projecto. Dai em diante a associação torna-se parceira.

“Sem o incentivo e o apoio do LEADER ao longo do projecto, não sei se não teria desistido”, diz Sandra Agostinho.

A Câmara Municipal de Arganil disponibiliza, em condições muito especiais um terreno no Parque Industrial para a instalação da fábrica. As obras iniciam-se e dão corpo a um pavilhão moderno e eficiente. Alguns dos equipamentos adquiridos são alvo de adaptações introduzidas pelos próprios promotores a fim de satisfazerem as necessidades específicas dos modelos de colmeias nacionais e espanhóis. E a unidade fabril inicia a sua laboração já lá vão perto de quatro anos.

Com um crescente sucesso de encomendas, principalmente da vizinha Espanha, com clientes da Galiza à Andaluzia, “a empresa tem vindo a afirmar-nos cada vez mais no mercado nacional”, diz Sandra Agostinho. Na empresa trabalham já 10 pessoas, sendo que três dos operários integram um programa de apoio a jovens deficientes. “Uma opção minha”, diz Sandra, que não lamenta por isso os muitos problemas de enquadramento que por vezes essa opção acarreta.

A produção vai-se ajustando às encomendas, mas já ronda as 400 caixas e 1800 meias alças, com os respectivos quadros, por mês. Respeitando os modelos do mercado nacional e os do mercado espanhol, dando por isso respostas específicas a mercados específicos. A matéria-prima (pinho seco) é adquirida na região, contribuindo desta maneira para valorizar os produtos florestais.

Ajustando-se à procura do mercado e rentabilizando a técnica e os equipamentos, a empresa estendeu a sua actividade à confecção de barroteiros para a construção civil (pavimentos e tectos) garantindo assim um acréscimo de rendimento e uma racionalização de mão-de-obra e de produção.

A Casa do Apicultor tem, em Arganil, uma loja onde comercializa ao público os seus produtos, e que serve, principalmente, os apicultores da região que ali encontram tudo o que é necessário à sua actividade. E esta ligação muito próxima com os produtores de mel, construída ao longo de anos, é bem patente nos frequentes telefonemas que Sandra recebe pedindo ajuda e solução para problemas surgidos na criação de enxames. É que apesar de a empresa se expandir cada vez mais na sua actividade para os mercados impessoais, nacionais e estrangeiros, não esquece a sua inserção local e o papel fundamental que pode desempenhar no apoio a uma actividade tão valiosa e tradicional como é a apicultura na Serra da Lousã.

Francisco Botelho
frbotelho@inde.pt

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 5 | Dezembro 2002

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3.º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 8435870
Fax: 21 8435871
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende, Cristina Cavaco, Francisco Botelho, Guilherme Lewes, Maria do Rosário Serafim, Paula Matos dos Santos

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão

Colaboraram neste número

Adelaçor, Adiber, Adruse, Arde, Federação Minha Terra, Luís Alvarez, Luís Roque, Maria do Rosário Serafim, Marta Rodrigues, Terras Dentro

Edição gráfica

Diogo Lencastre (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607



